



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**VICTÓRIA CATARINA NASCIMENTO**

**A PRESENÇA INTERNACIONAL DA CIDADE DE MARUIM (SE) NA SEGUNDA  
METADE DO SÉCULO XIX: UMA ANÁLISE A PARTIR DA FORMAÇÃO  
POLÍTICO-ECONÔMICA BRASILEIRA**

**SÃO CRISTÓVÃO/SE**

**2023**

VICTÓRIA CATARINA NASCIMENTO

A PRESENÇA INTERNACIONAL DA CIDADE DE MARUIM (SE) NA SEGUNDA  
METADE DO SÉCULO XIX: UMA ANÁLISE A PARTIR DA FORMAÇÃO  
POLÍTICO-ECONÔMICA BRASILEIRA

Trabalho de Conclusão de Curso II apresentado  
ao Departamento de Relações Internacionais  
como requisito parcial para obtenção do título de  
Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Drº. Cairo Gabriel Borges  
Junqueira

SÃO CRISTÓVÃO/SE

2023

VICTÓRIA CATARINA NASCIMENTO

A PRESENÇA INTERNACIONAL DA CIDADE DE MARUIM (SE) NA SEGUNDA  
METADE DO SÉCULO XIX:

Uma Análise A Partir Da Formação Político-Econômica Brasileira

Trabalho de Conclusão de Curso II apresentado  
ao Departamento de Relações Internacionais, da  
Universidade Federal de Sergipe como requisito  
parcial para obtenção do título de Bacharel em  
Relações Internacionais.

Aprovada em: \_\_ de \_\_ de \_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Cairo Gabriel Borges Junqueira (Orientador)

---

Prof. Dr. Geraldo Adriano Godoy de Campos (Examinador)

---

Profª. Dra. Bárbara Vasconcellos de Carvalho Motta (Examinadora)

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de poder lembrar e agradecer a todos que contribuíram para chegar até aqui, possivelmente não lembrarei, mas tenho certeza que a lista é maior do que aqui estará.

Primeiramente, gostaria de agradecer a minha mãe, Ana Nascimento, que sem ela não conseguiria nem entrar na faculdade. A ela tenho a agradecer além da minha vida, devo agradecer a ela tudo que ela fez, especialmente pela minha educação. Tudo que tenho hoje e conquistei é graças a ela.

Gostaria de agradecer também aos meus tios, que sem o apoio incondicional deles não poderia passar por momentos importantes e decisivos, também ligados a minha educação e crescimento.

Aos meus professores das escolas as quais passei, que ao longo dos anos me possibilitaram ter conhecimento não só de estudos, mas também sobre a vida. Um agradecimento especial, a professora Jacqueline Silva, que foi minha professora de ciências no ensino fundamental e colega de trabalho da minha mãe que possibilitou que eu pudesse ter a oportunidade de ter uma educação melhor. E a Ana Paula Cavalcante, que nos ajudou e assim me deu a oportunidade de ter os melhores anos da escola no Atheneu.

Aos professores do Departamento de Relações Internacionais, dos que me acompanharam do início ao fim, aos que apenas tivemos pouco contato. Em especial a dois professores que me incentivaram a continuar com o trabalho apresentado, Geraldo Campos e Cairo Junqueira, meu orientador, mesmo com as dificuldades inseridas na temática escolhida. E a professora Bárbara Motta, por fazer parte da banca e por sua disponibilização de tempo. Mas não só os professores, Isa e Louise, que me aguentaram nas idas ao departamento para abrir processos burocráticos. Além disso, a professora Maria Lúcia Marques Cruz e Silva, que por meio da sua pesquisa incansável e admirável sobre Maruim, fez com que meu projeto fosse possível.

E finalmente, a mim, por não ter desistido de mim e dos meus sonhos passados, presentes e que estão por vir.

## RESUMO

O trabalho tem como objetivo averiguar os fatores que impactaram a presença internacional do município de Maruim no estado de Sergipe com base nas perspectivas da formação político-econômica nacional e da Política Externa Brasileira na segunda metade do século XIX. Serão enfatizadas a economia açucareira de Maruim, bem como as relações do município com o exterior. Assim, a pesquisa tem fundamento explicativo, através de análise histórica e revisão bibliográfica. Em suma, o trabalho buscará aprofundar o estudo das relações internacionais em Sergipe observando como a presença internacional de Maruim a partir da localidade pôde trazer possíveis contribuições aos sergipanos e maruinenses.

**Palavras-chave:** Maruim; Formação sócio-econômica do Brasil; Política Externa;

## Abstract

The study aims to investigate the factors that impacted the international presence of the municipality of Maruim in the state of Sergipe based on the perspectives of the national political-economic formation and the Brazilian Foreign Policy in the second half of the nineteenth century. The sugar economy of Maruim will be emphasized, as well as the municipality's relations with the outside. Thus, the research has an explanatory foundation, through historical analysis and bibliographic review. In short, the work will seek to deepen the study of international relations in Sergipe observing how the international presence of Maruim from the locality could bring possible contributions to the Sergipanos and Maruinenses.

**Palavras-chave:** Maruim; Socio-Economic Formation of Brazil; Foreign Policy;

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>6</b>
<b>2 MARUIM: HISTÓRIA, POLÍTICA E ECONOMIA NO SÉCULO XIX.....</b>	<b>10</b>
<b>3 CONTEXTO HISTÓRICO DO BRASIL E O IMPACTO DA ECONOMIA AÇUCAREIRA NA INTERNACIONALIZAÇÃO DE MARUIM .....</b>	<b>19</b>
<b>4 POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL E SUA INFLUÊNCIA NO PANORAMA SÓCIO-ECONÔMICO EM MARUIM.....</b>	<b>32</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>44</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>47</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Quais fatores impactaram a presença internacional do município de Maruim, em Sergipe, durante a segunda metade do século XIX? O objetivo da presente pesquisa é averiguar os aspectos que contribuíram para a presença internacional da cidade na segunda metade do século XIX, buscando apontar os principais condicionantes desse movimento sob a luz da formação político-econômica brasileira e a política externa da época. A temática tem como base o estudo político-econômico e de política externa do Brasil e seu impacto no estado de Sergipe. Ademais, o tema acrescenta o debate de relações internacionais em Sergipe, procurando ser uma contribuição para a sociedade sergipana e maruinense, assim como uma observação sobre as possibilidades de política de internacionalização do estado.

Apresentam-se como direcionamentos a abordagem histórica nos aspectos gerais sobre o município supracitado e suas particularidades: emancipação, importância para o estado e a formação econômica do Brasil. Consideramos o desenvolvimento da indústria de cana-de-açúcar no Nordeste, assim como a influência da Política Externa do Brasil no estabelecimento de Consulados/Vice-Consulados na região do Vale do Cotinguiba no período mencionado e na conduta da economia local.

Assim, a pesquisa busca compreender a importância de Maruim como polo industrial da cana de açúcar do estado e do Vale Cotinguiba por meio da formação político-econômica do Brasil, verificando como a Política Externa Brasileira impactou as relações com os países que compravam o produto do município sergipano. Além disso, a temporalidade do trabalho apresentado tem como período de análise a segunda metade do século XIX, uma vez que a pesquisa do material de literatura sergipana sobre os Consulados e Vice-consulados insere-se neste universo temporal. Em 1864 esses órgãos administrativos já estavam na cidade de Maruim.

Sergipe é o menor estado federativo do Brasil com dificuldade de se inserir internacionalmente, ainda mais considerando o aspecto econômico-comercial. Segundo Araújo (2008) e Baer (1996), a economia nordestina viu-se em declínio com a perda da importância internacional na virada do século XVIII para o século XIX. O primeiro autor ainda comenta sobre o fato da elite local e o complexo nordestino, enquanto instituição fundamental no desenvolvimento regional, com sistema político ainda vinculado à colônia, fizeram com que o estado e a região fossem perdendo cada vez mais importância no âmbito global até os dias de hoje (SILVA, 2020). Assim, vê-se que o estado de Sergipe, mais

especificamente a cidade de Maruim, foi um grande polo de relação com o estrangeiro durante o século XIX, principalmente a Europa.

Para autores como Furtado (2005), Baer (1996) e Caio Prado Jr (2012), o auge e o declínio da economia açucareira ocorreram em meados dos séculos XVII e XVIII, justamente pelo fato de “perder” seu valor internacional por fatores como o desenvolvimento do açúcar europeu à base de beterraba e a ampliação do produto das Antilhas. Entretanto, Almeida (1993) e Fausto (1995) apresentam diversos fatores que levariam ao contrário da afirmação anterior ou ao menos que caberia uma nova perspectiva de análise. Para Almeida (1993), apontando que os fatores citados pela maioria dos autores ainda são muito generalizantes em relação à economia açucareira do nordeste. Para Fausto (1995), que autores que dissertam sobre a temática apresentam enquanto auge e declínio demonstraria uma ideia de que se teve um fim a produção, mas na verdade, tendo em consideração a conjuntura do açúcar como produto internacional, apenas caiu uma posição na balança comercial nacional. Assim, nota-se a importância de uma devida análise da formação político-econômica brasileira, pois essa exportação diminuiu, mas continuou sendo a maior fonte de poder econômico do estado e do município.

Além disso, é possível perceber que a Política Externa Brasileira passou por uma reestruturação durante o Segundo Reinado. Nesse período o Brasil teve o seu primeiro e último Imperador nascido no país retirando suas amarras da política externa portuguesa e desejando aplicar sua marca enquanto um Estado soberano com posicionamento internacional. Os impactos mais importantes dessa mudança, segundo Silva (2009), são apontados como sendo a insubordinação em relação ao Império Britânico, criando-se tensões e conflitos de interesse em relação ao Império Brasileiro e à Coroa Inglesa, a não renovação dos tratados livre-cambistas, na questão Christie, e o fim do tráfico negreiro, principalmente.

Essas questões, de acordo com Almeida (1984), tiveram impactos positivos e negativos na exportação do açúcar sergipano. O primeiro se deve à independência das colônias francesas que produziam o açúcar e as possibilidades do comércio com a Inglaterra já que as barreiras tarifárias se dariam apenas ao açúcar refinado para o protecionismo do seu produto nacional inglês e Sergipe/Maruim produzem apenas açúcar mascavo de menor qualidade, o que gerou também uma onda de expansão das fábricas do produto no estado, assim como abriu portas para a expansão no comércio exterior direto depois da liberação da tutela baiana. E o segundo seria negativo porque a Inglaterra, impondo essas barreiras ao açúcar refinado, não geraria estímulo para uma melhoria da qualidade do açúcar local, além

disso essa euforia com a expansão dos lucros com o açúcar em 1850 culminou em uma crise que gerou a diminuição da produção.

Em sua metodologia, essa presente pesquisa é classificada com base em seu objetivo geral enquanto uma pesquisa explicativa, que tem “como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Esse é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas.” (GIL, 2002, p. 42), através de uma análise histórica somada à revisão bibliográfica.

Sendo assim, em um primeiro momento foi utilizada uma literatura local, ou seja, de autores sergipanos como Maria da Glória Almeida (1993, 1984), Gilvan Rosa dos Santos (1998), Josué Subrinho (1987), Joel Aguiar (2004), Amâncio Cardoso (2021), Dênio Azevedo (2011), Denílson Araújo (2008) e Maria Lúcia Marques Cruz e Silva (2020), sobretudo em relação à economia da Província Sergipe Del Rey, auxiliando na conexão entre as temáticas gerais de política local e cultural e a internacionalização de Maruim.

Os trabalhos locais são as fontes de análise mais importantes, pois sem os mesmos seria ainda mais difícil vincular os níveis nacional e local. Sendo assim, esses trabalhos dizem respeito a distintas áreas do conhecimento: Letras, História, Arqueologia e Economia. Deve-se destacar que as pesquisas e estudos feitos referentes à Economia de Sergipe foram em sua maioria realizados por historiadores.

Além da literatura local, também há um arcabouço teórico da economia brasileira e da sua formação durante o período, como Celso Furtado (2007), Werner Baer (1998), Boris Fausto (1995), Caio Prado Jr. (2012) e Maria Thetis Nunes (2006), - importante historiadora de Sergipe e indicação de um funcionário do Arquivo Público de Sergipe - para acompanhar o argumento em relação à economia maruinense ser um dos fatores principais na internacionalização do município. Do mesmo modo, referências como Amado Cervo e Clodoaldo Bueno (2012), Henrique Altemani de Oliveira (2017), José Luiz Werneck da Silva (2009), Carlos Eduardo Vidigal (2014), foram utilizadas para analisar a Política Externa Brasileira durante o Segundo Império Brasileiro. Por não encontrar muitos autores que ressaltam a temporalidade do século XIX, a parte inicial do capítulo três muito se deve aos autores Cervo e Bueno (2012), pois os autores pesquisados para fazer essa última análise afirmavam coisas semelhantes e para evitar a exaustão do leitor foi escolhida a permanência de Cervo Bueno para esse primeiro momento do capítulo três.

Dessa forma, o trabalho de conclusão apresenta três (3) capítulos, sendo eles: 1) Maruim: história, política e economia no século XIX, 2) Contexto histórico do Brasil e o

impacto da economia açucareira na internacionalização de Maruim e 3) Política externa do Brasil e sua influência no panorama sócio-econômico em Maruim. Nesse sentido, é possível perceber que o trabalho se situa em uma das lentes da política externa ligada diretamente à história econômica do Brasil.

O primeiro capítulo abrange o panorama histórico, político e econômico da cidade para posteriormente abordar os fatores ligados diretamente à internacionalização do município sergipano durante o século XIX, ou seja, sua formação, emancipação para Vila e depois para cidade, destacando-se seu desenvolvimento econômico. Em seguida, no segundo capítulo, apresentamos os fatores socioeconômicos que impactaram a internacionalização de Maruim, como o contexto histórico brasileiro na apresentação sobre o contexto do Império e governo de Dom Pedro II e a respeito de quais caminhos estavam sendo tomadas em frente aos novos obstáculos referente ao açúcar brasileiro/nordestino. Por fim, o terceiro capítulo demonstra e analisa como a Política Externa brasileira influenciou a internacionalização de Maruim, a exemplo dos desafios sofridos para economia açucareira com as relações “rompidas” entre o Brasil e a coroa britânica durante o período analisado e as relações do município com países europeus.

Em conclusão, a partir do trabalho pode-se perceber os impactos da política econômica internacional e das escolhas feitas para as diretrizes de política externa sobre uma cidade tão pequena como Maruim, em um período no qual não se tem muitos documentos que possam atestar isso, nem análises atestando essa internacionalização.

## 2. MARUIM: HISTÓRIA, POLÍTICA E ECONOMIA NO SÉCULO XIX

Do século XVI ao início do século XIX, o Brasil ainda era colônia de Portugal, assim a Província de Sergipe não tinha muita importância. Mas com a chegada da corte portuguesa no Brasil e a abertura dos portos às nações amigas, a partir de 1808, deu um ar de esperança às muitas regiões do país até aquele momento esquecidas. Assim, com a abertura dos portos foi possível pensar em um tipo de mercado para expansão de uma economia próspera no país e na região Nordeste.

O Brasil passou a ter importância significativa na economia e na vida da corte portuguesa, devido ao bloqueio continental e à vinda da família real à até então colônia de Portugal. A abertura dos portos e a escolha de Salvador como capital deu visibilidade relativamente diferente ao Nordeste, que já tinha uma grande quantidade de produção de açúcar. Percebe-se isso a partir do século XVIII, com o surgimento de uma linha progressista entre os comerciantes que viam a cana como uma nova fonte de riqueza, começando uma busca por terras férteis para sua produção. Segundo (ALMEIDA, 1984, p. 24):

Se até o século XVIII, em seu último quartel, a importância da criação de gado fizera do interior um ambiente também propício à formação de aglomerados humanos, a partir de então, a intensificação das relações internacionais e o maior estímulo à produção e comércio do açúcar empurraram para mais próximo do mar a fixação populacional e acumulação de riqueza.

As condições de navegabilidade são fatores importantes para expansão de uma região ao mercado, principalmente ao exterior, pois naquele momento dava-se apenas por navios, ou seja, regiões que tinham vias fluviais em boas condições de navegabilidade, o mar seria um aliado importante para os comerciantes em sua inserção no mercado internacional (ALMEIDA, 1984).

Em uma província tão pequena como Sergipe Del Rey se fazia necessária a melhoria dos transportes, modernização dos portos, melhorias das condições de navegabilidade, pois tinham muitos rios em condições de escoamento de mercadoria. É importante destacar que já naquele momento, no século XVIII e XIX, os estuários dos rios sergipanos tinham problemas de profundidade e por isso não passavam navios de grande porte por suas entradas e também pela dificuldade de movimentação das areias. Além disso, ainda havia a problemática da direção dos ventos já que os mesmos tornavam perigosa a navegação em determinados períodos, levando até dois meses para a saída das embarcações à vela dos portos.

Uma das principais dificuldades para a entrada das barras<sup>1</sup> em Sergipe é a necessidade de transpô-las rio adentro, alcançando os portos apenas pelo interior. Um impacto importante disso são as formações de cidades ao longo das margens dos rios como Laranjeiras e Maruim, São Cristóvão, Estância e Vila Nova, até onde o volume do estuário permitisse passar navios de grande porte. Com o passar do tempo o volume e a profundidade dos rios foi diminuindo e deixando alguns portos inacessíveis a essas embarcações.

Dentre as barras importantes de Sergipe estão: a do São Francisco, do Rio Real, Vaza-Barris, Japarutuba e do Cotinguiba<sup>2</sup>. Nesse texto daremos destaque a Barra do Cotinguiba, que durante o século XIX foi a principal da província.

Mesmo sendo baixa, a barra do Cotinguiba veio a se tornar a mais importante da província, tendo essa importância devido à quantidade e qualidade das terras que margeiam o rio. De acordo com a alta da cana e do algodão, as lideranças da região tinham como principal foco a melhoria da navegabilidade da região para poder escoar as mercadorias para exportação. Segundo Almeida (1984), o rio tinha de onze a dezoito palmos de profundidade e por isso havia a dificuldade na entrada de navios a chegar em seus maiores portos, o de Laranjeiras e Santa Ana (atual Riachuelo), demonstrando já o processo de assoreamento sofrido.

Os navegantes chegavam à barra com a ajuda de marinheiros e conhecedores, pois seria perigoso procurar um lugar para entrar desconhecendo a área. Naquele período, as embarcações não tinham problemas para entrar na barra, mas na saída que sua tonelagem aumentava derivada da mercadoria somente em condições especiais de marés cheias poderiam sair sem risco de perder vidas e a mercadoria. Os conhecedores da barra sabiam que a melhor ocasião para saída era em setembro e fevereiro quando os ventos iam em direção oposta ao do estuário (ALMEIDA, 1984).

Deve-se destacar também que após a independência da província (1820) em relação a Bahia, os impostos ainda eram recolhidos pela província vizinha, assim como controle do comércio devido à falta de uma alfândega para fiscalização em Sergipe. Mesmo a Cotinguiba sendo a barra mais importante, mais procurada, com melhor estuário e comportando vários portos, apenas teve criação de sua alfândega em 1836, permitindo a mercantilização com o

---

<sup>1</sup> Segundo Pena [s.d.], uma barra é uma forma litorânea de relevo, que são compostas a partir das movimentações das ondas dos oceanos que ao longo do tempo vão transformando a paisagem. Assim, são canais compostos por rios e/ou lagos, onde ocorre muita sedimentação, formando bancos de areia e deposição de detritos.

<sup>2</sup> Segundo Gilfrancisco (2021), sobre a navegabilidade da Barra do Cotinguiba, afirma que a barra é formada por três rios: rio Japarutuba, que nasce entre os municípios de Graccho Cardoso e Feira Nova, o rio Cotinguiba nasce na divisa de Areia Branca e Laranjeiras e o Rio Sergipe que nasce na Bahia. O Rio atravessa o estado de Sergipe e deságua no Oceano Atlântico entre os municípios de Aracaju e Barra dos Coqueiros.

exterior, iniciado anos depois (ALMEIDA, 1984). A escolha definitiva para instalar a alfândega deu-se em meio a jogos de interesses políticos de todas as partes importantes de Sergipe, pois sabia-se que o local que se estabelecesse teria prospecção para o olhar do imperador. Diante de tantas brigas e reviravoltas a alfândega estabeleceu-se definitivamente em Aracaju em 1855, com a mudança da capital.

Segundo Silva (2006), dois fatores deram preponderância à região do Cotinguiba no desenvolvimento econômico do local, sendo eles: posição geográfica e solo. O primeiro fator é ligado à sua posição em relação aos rios Sergipe e Japarutuba, que facilitava o escoamento da produção e o segundo, o solo do tipo massapé, que era propício para a produção do açúcar. Assim, Santos (2013, p. 15), apresenta que:

A conjunção desses fatores foi fundamental para o desenvolvimento de povoações, freguesias e vilas responsáveis pelo abastecimento e pela economia interna e externa da região, bem como, para o uso efetivo dos rios, através da Companhia de Navegação Sergipana, apoiada pelo governo e homens de posse, o que propiciou a circulação de pessoas e mercadorias através de suas bacias.

Assim, uma das cidades mais importantes da Barra do Cotinguiba era Maruim. Devido à falta do censo<sup>3</sup> da população total do município durante o período analisado, é apresentado por Rosa (1998) que em 1996 possuía uma população em torno de 14.500 habitantes e uma extensão territorial de aproximadamente 95 km<sup>2</sup>. O município é constituído por sete povoados, sendo eles: Pedra Branca, Oiteiros, Caititu, Guiomardia, João Gomes de Melo (Pau Ferro) e a Mata de São José (anteriormente chamada de Mata do Cabaú). Maruim está localizada na Zona da Mata do Estado de Sergipe, fazendo fronteira com os municípios de Rosário do Catete, Santo Amaro das Brotas, Laranjeiras e Divina Pastora, todos com a devida importância para a história de desenvolvimento do estado de Sergipe.

De acordo com Silva (2020), Maruim teve origem na margem esquerda do rio Sergipe, em uma região chamada Mombaça. No entanto, devido a doenças causadas pelos mosquitos que levaram a fatalidades, os habitantes daquela região procuraram um local mais ao norte. Ou seja, às margens do rio Ganhamoroba, nascedouro da cidade através de um engenho chamado “Engenho Maruim de Baixo” que pertencia a Manoel Rodrigues de Figueiredo (Silva, 2020).

Ainda segundo Silva (2020), a cidade só ganharia visibilidade a partir da chegada do português José Pinto de Carvalho, que, com a autorização do proprietário das terras Manoel

---

<sup>3</sup> Segundo o memorial do IBGE, o censo demográfico do Brasil teve uma efetivação no ano de 1872, ou seja, no final do período analisado neste trabalho. Disponível: <

Rodrigues, construiria às margens do rio uma casa de trapiche que servia como depósito do açúcar produzido nos engenhos da região. Assim, daquele ponto do rio saía o açúcar do Vale do Cotinguiba através do oceano Atlântico para o porto da Bahia e dali para diversos estados e futuramente para a Europa.

Com o passar do tempo e com o funcionamento do trapiche, José Pinto de Carvalho e Manoel Rodrigues tiveram um rompimento nas relações ocasionado em 1828. Carvalho, tendo já influência política, tentou induzir o Juiz Ordinário e Presidente da Câmara de Santo Amaro das Brotas, Gonçalo de Faro Leitão de Menezes, a mudar a sede da vila para a povoação de Maruim, que começava a florescer economicamente.

Assim como Rosa (1998), Aguiar (2004) e Silva (2020) apontam que a elevação de Maruim para Vila aconteceu em 1833. O Presidente da Província na época, José Pinto Carvalho, ordenou a transferência da Câmara Municipal de Santo Amaro das Brotas juntamente com seus arquivos, cartórios e funcionários da justiça para a Vila. Segundo Silva (2020, p. 32):

Mas, por esse ato ter sido levado a efeito sem o consentimento das autoridades, e mesmo contra a Lei, o governo da Província intimou, por diversas vezes, os tais legisladores a desfazerem esse ato, e, como não fora atendido, convocou o Conselho para dar ciência do caso e deliberar a respeito. (SILVA, 2020, p. 32)

Não deu muito resultado, o antagonismo foi resolvido pelo Imperador Dom Pedro II, contando com o apoio de sua maior autoridade perante o Brasil, João Gomes de Melo, Barão de Maruim. Para colocar um fim no conflito, em fevereiro de 1835, uma Lei Imperial extinguiu a vila de Santo Amaro das Brotas e criou a vila de Santo Amaro de Maruim, trazendo novamente os documentos para a região. Com a contínua influência de José de Pinto Carvalho e apoio das autoridades locais com mesmo ideal político, em maio de 1854 ocorreu a mudança de Vila para cidade, ficando finalmente independente de Santo Amaro das Brotas.

Sua localização entre o rio Ganhamoroba e o interior do estuário desenvolveu-se graças a essa vantagem, sendo uma importante cidade comercial com grande quantidade de açúcar e com um pequeno mercado, que impulsionou o surgimento de uma pequena população naquele local. Maruim acabou por se tornar o ponto principal de estadia de casas comerciais estrangeiras importantes na província. Assim, a cidade fez-se centro urbano, comercial, político e social mais importante do estado.

Segundo Silva (2020), através de uma análise da mesma sobre uma planta da Alfândega da cidade de Maruim, projeto desenvolvido pelo Tenente Coronel do Imperial Corpo de Engenheiros da Marinha, João Bloem, em 1846, a localização da instalação da

alfândega foi estratégica justamente pelo fato de ser próximo a margem do rio. Assim como atesta o planejamento prévio sobre a construção da Província para receber a visita do Imperador Dom Pedro II, mais de uma década depois. Assim, a autora comenta:

A área comercial foi projetada (onde hoje se localiza) para ficar próxima de onde se instalaria a alfândega, além de outros elementos, que possibilitaram prover os habitantes de melhores condições sanitárias. Nesse aspecto, foram projetadas e construídas em quadras próximas à igreja três cacimbas para o abastecimento da população. (SILVA, 2020, p. 36)

Além disso, a autora comenta sobre a entrada e saída de embarcações na região do Cotinguiba, atestando assim a riqueza daquela região e a importância de Maruim. Do Porto Velho, dava-se o “intercâmbio social e cultural com os portos mais importantes do Império e alguns da Europa” (SILVA, 2020, p. 37), levando e trazendo mercadorias de diversos tipos consumidas e comercializadas por aqui.

Em 1860, a cidade de Maruim recebeu vários melhoramentos na infraestrutura para receber autoridades reais, a fim de realizar práticas importadas. Essas práticas podem ser vistas como forma de reflexo dos estrangeiros que moravam por ali, de acordo com Azevedo (2011, p. 11):

Maruim na análise comparativa com outras localidades sergipanas aparece como centro cultural, político e econômico nos relatos dos viajantes. Além disso, ela era ponto de encontro de estrangeiros que queriam transformar a cidade em um pedaço da Europa, organizada, maquiada, com ruas calçadas a espera dos seus ilustres visitantes.

A cidade, além dos projetos como a alfândega, ganharia também ruas pavimentadas, casas caiadas, Caes Imperial e uma ponte. Para Cardoso (2021), durante o século XIX o município era núcleo comercial da região através do rio Ganhamoroba, passando pelos momentos históricos citados acima e ainda para atestar a importância de Maruim, por volta dos anos 1860 o Imperador Dom Pedro II visitou a cidade.

De acordo com fontes secundárias, como Cardoso (2021) e Aguiar (2004), em seus diários Dom Pedro II ressaltou a população e a presença da casa de trapiche<sup>4</sup> da A. Schramm & Cia. Entre os comentários do Imperador em relação à população se destaca também o fato da quantidade de estrangeiros presente no município. “No início do segundo reinado a cidade já possuía algumas dezenas de estrangeiros que ali exerciam várias profissões” (AGUIAR, 2004, p. 25), dentre eles portugueses, italianos, franceses e ingleses, mas também indivíduos da Suíça, de Nápoles, África Inglesa, do Reino de Hannover e da Espanha. Todos sendo

---

<sup>4</sup> De acordo com Cardoso (2021), trapiche eram armazéns, à beira do rio Ganhamoroba, que guardavam as mercadorias de importação e exportação.

mão-de-obra especializada ou para área da indústria de açúcar ou outros tipos de comercialização, como por exemplo fabricação de massas e marcenaria.

Devido a sua importância e a presença dessas casas de trapiche, a da família Schramm não era a única, mas com certeza a mais importante. A família Schramm era de uma região que fazia parte da Liga Alemã (Prússia e a Áustria) a qual tinha como propriedade A. Schramm & Co. tendo origem na cidade de Hamburgo e filiais em Recife e Salvador e a partir de 1840, em Maruim (CARDOSO, 2021). De acordo com o autor, era uma das mais significativas empresas da região e principal exportadora de açúcar e outros produtos através do Porto das Redes, um dos mais importantes e estratégicos do Nordeste no século XIX.

Nesse contexto de presença de tantos estrangeiros e empresas na cidade de Maruim, Aguiar (2004) afirma que já em 1878 existiam consulados para tratar dos seus interesses na localidade. As autoridades eram, na época, Otto Schramm, Robert Browne, Dr. Tomaz Rodrigues da Cruz, responsáveis respectivamente pelos consulados do Império Alemão, da Inglaterra e Suécia/Noruega (AGUIAR, 2004). Essa menção dos consulados aparece em várias obras de economia, cultura e até arquitetura sobre o município.

Sobre a presença dos consulados, Silva (2020, p. 42) aponta:

D. Pedro foi recepcionado solenemente ali perto, no Trapiche dos Schramm, no Porto Velho, onde foi recebido pelo presidente da Câmara, que lhe entregou a chave da cidade. A Praça da Bandeira (Tamarindeiro) recebeu esse nome porque, na recepção de D. Pedro, foram hasteadas bandeiras de diversos países que tinham representações em Maruim.

Diante do panorama histórico, é possível apresentar um panorama econômico da região do Cotinguiba, especialmente de Maruim. A Província de Sergipe não teve muita evidência e nem preponderância em relação à economia açucareira, levando em consideração a presença das Províncias de Pernambuco e da Bahia como suas vizinhas. No entanto, as cidades de Maruim e Laranjeiras deixaram lastros da importância que contribuíram para alavancar a economia local em relação aos mercados e com comerciantes estrangeiros. Assim, segundo Azevedo (2011, p. 5):

Nesta, uma intensa navegação, colocava Maruim em comunicação direta e permanente com povos estrangeiros, com a Bahia, com o Rio de Janeiro, Pernambuco, Rio Grande do Sul, São Paulo, dentre outros, comunicação que lhe permitia incorporar valores e modelos de sociedades que lhe servia de referência. Maruim se tornou o principal centro econômico de Sergipe na segunda metade do século XIX. Localizado na região de maior importância econômica, devido à produção do açúcar, de toda a província, até o início da República.

A preferência pela análise de Maruim se deve pela sua localização na região do Cotinguiba. A cidade é mais próxima da Barra do Rio Sergipe que desemboca no Oceano

Atlântico com saída dos navios e barcos com mercadorias do país, favorecendo o acesso de comerciantes e empreendedores estrangeiros de países como Portugal, França, Alemanha, Inglaterra, Suécia, Noruega e outros (SILVA, 2020). A região ilustrou a história econômica de Sergipe desde o início do século XIX até a abolição, quando muitas das empresas presentes decretaram falência.

Enquanto Vila, Maruim teve suas ruas analisadas para um futuro projeto: a instalação da alfândega da Província de Sergipe, que, segundo Silva (2020), ficou sob responsabilidade de João Bloem (1799-1851). A escolha por Maruim como local para receber a alfândega da província se deu com a aprovação do Império e dos administradores locais. A autora também ressalta que a partir da análise da planta que a escolha de tal espaço se deu pelos aspectos socioeconômicos da cidade. A instalação da alfândega no local se deveu também pela necessidade de controle de mercadorias para o exterior ou vice-versa.

Nesse sentido, no Porto das Redes foi instalada a Alfândega de Sergipe. Sobre as trocas comerciais feitas ali, Silva (2020, p. 103):

[...] Àquela época os navios mercantes de vela (nacionais e estrangeiros) iam bem perto da cidade de Maruim, isto é, até o lugar denominado 'Porto das Redes' (localizado no município de Santo Amaro das Brotas), onde fundeiam para desembarcar as mercadorias que traziam em seus porões (máquinas, bacalhau, charque do Rio do Prata, farinha de trigo em barricas, manteiga em barricas, louça, bebidas, tecidos, especiarias etc.) e receber açúcar que transportavam diretamente para o exterior: Segundo o dizer pitoresco de pessoas das nossas relações, 'Porto das Redes', naquele tempo era o [Porto de] 'Santos' de Sergipe... A firma Schramm & Cia. exportava açúcar diretamente para a Alemanha. (SILVA apud JOSÉ CRUZ, 1957, p. 6)

Além disso, durante a segunda metade do século XIX Maruim se desenvolveu graças à presença de imigrantes europeus. Os mais importantes foram Manoel R. de Figueiredo e Pinto de Carvalho, responsáveis pela criação e pela autonomia política da cidade, respectivamente. Em 1854, além da autonomia política, Maruim se tornou Comarca para atender as exigências constitucionais dos Consulados e Vice-Consulados presentes na cidade, devido à grande presença estrangeira no local. Silva (2020) atesta essa presença dos consulados na primeira edição do Inventário Cultural de Maruim publicado em 1994, o qual afirma que em 1850 já havia consulados de países como Alemanha (ainda não unificada, provavelmente de algum reino menor naquela região), Inglaterra, Suécia e Noruega, além de consulados do reino de Nápoles e da Áustria.

Ainda na segunda metade do século XIX o país passou por várias transformações, mesmo assim Maruim soube atrair investidores de diversos segmentos e nacionalidades, assim a cidade passou a ser denominada Empório de Sergipe. Silva (2020), afirma a partir do

Professor José Cruz que desde o terceiro quartel do século XIX até o ano de 1918, Maruim era o maior Empório<sup>5</sup> de Sergipe, passando da própria já capital do estado, Aracaju.

Para Maruim, o Algodão também teve sua importância econômica. Não tanto quanto a cana-de-açúcar. É perceptível que o impulsionador da expansão do comércio de algodão foi a indústria canavieira, já que o próprio comércio de cana precisava de sacos e fardos, passando a ser produzidos para embalar a grande produção. Silva (2020) afirma também que essa produção perpassou pelo cenário familiar da pequena cidade. O cônsul da Suécia e da Noruega, Eduardo Wynne, sua filha, Elizabete Wynne, cunhado, Aureliano Queiroz, planejaram colocar seu neto para atender às demandas tecnológicas do apogeu do “ouro branco”, fazendo com que o jovem fosse estudar na Europa. Na segunda metade do século XIX, Maruim já estava alinhada à produção têxtil, no entanto, em meados do século XX, as fábricas entraram em declínio por conta da Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

O comércio local foi muito incentivado por casas comerciais estrangeiras, tendo como principais as casas A. Schramm e Cia. (1841) e A. Fonseca & Cia. (1867). As movimentações econômicas iniciais foram feitas por esses empresários enquanto exportação de açúcar, financiamento das safras, negociação de tecidos e malhas, ferragens importadas e nacionais. Além disso, algumas dessas casas comerciais também financiavam a cultura local. Silva (2020) identifica a Revista Litteraria do Gabinete de Leitura de Maruim (1890-1891) como uma das principais fontes de patrocínio dos ideais liberais e também de serviços e produtos, especialmente de pessoas do ramo do açúcar.

Sobre o Gabinete de Leitura e seu capital simbólico Azevedo (2013, p. 207) aponta:

Tal instituição seria um dos locais onde a nova tendência política seria apresentada, debatida e externada, com interesses bastante específicos, tais quais a adaptação a nova realidade e a conquista de um capital simbólico. Portanto, um grupo que fazia “oposição” ao principal representante político e econômico do município, o Barão de Maruim, decide fundar o Gabinete e difundir os ideais liberais, buscando o reconhecimento por parte da população de um capital simbólico necessário para moldar a sociedade em questão. Queriam estes agentes criar uma identidade liberal-republicana e a maneira escolhida para tal foi a de criticar a organização política, econômica e cultural do Império.

Segundo Silva (2020), após Ernest Schramm retornar a Hamburgo pós- Unificação da Alemanha, seu sobrinho, o cônsul Otto Schramm, naquela época representante de Maruim da empresa A. Schramm e Cia, foi um dos diretores e incentivadores da criação da Revista Litteraria do Gabinete de Leitura de Maruim, assim como impulsionou a economia sergipana através da criação de créditos, financiando safras de açúcar e na compra de propriedades

---

<sup>5</sup> Segundo o Oxford Languages (2023), empório pode significar o local que existe grande atividade comercial; centro comercial.

rurais. A autora ainda afirma que a Casa Inglesa, poderia ser considerada como a primeira instituição bancária em funcionamento no estado de Sergipe (SILVA, 2020).

Também é possível destacar que a família Schramm, devido ao seu prestígio econômico do período, trouxe para Maruim cerca de 30 alemães, não sendo só comerciantes como médicos, além de trabalhadores de lavoura. Conclui-se também que a imigração alemã foi a mais importante na contribuição para o progresso econômico da cidade.

A questão da imigração é importante para destacar esses processos políticos e econômicos, pois muito do desenvolvimento de cidades como Maruim se deu pela presença desses estrangeiros. Assim, Ennes (2011) infere que os estrangeiros chegados no estado de Sergipe não foram por meio de movimento coletivos como por exemplo de São Paulo e estados do Sul do país, especialmente pelo fato de serem de nacionalidades diversas e que não há evidências de mecanismos de solidariedade para essas nacionalidades.

Em sua grande maioria esses imigrantes foram para o interior do estado, para cidades que tinham papel importante na economia, com indústrias incipientes, com centros comerciais locais e atividades de importação/exportação. Então, para além de Silva (2020), Ennes (2011, p. 322 - 323) atesta que

[...] os alemães tornaram-se protagonistas da trajetória dos estrangeiros em Sergipe em dois momentos. O primeiro refere-se a um grupo de alemães que se instalaram na cidade de Maruim, importante centro comercial do Estado, até a fundação e consolidação de Aracaju como capital. O segundo momento, como veremos na próxima parte deste artigo, diz respeito à colônia instalada em Quissamã, no início da década de 1920.

Mas é possível notar também que essa imigração não deu muito certo, já que segundo Ennes (2011), muitos desses estrangeiros evadiram-se para outras regiões do país ou até mesmo retornaram para seus países de origem.

Em suma, nota-se até aqui por meio da história, política, economia e cultura do município o motivo pelo qual Maruim se torna um local de prospecção para empresas estrangeiras, especialmente as hanseáticas que teriam interesse em expandir seus negócios no Brasil durante o século XIX. As melhorias feitas na infraestrutura e dos seus privilégios naturais, Maruim foi se destacando no cenário nacional e internacional como um centro comercial importante. Sendo assim, os fatores da internacionalização da cidade serão analisados a partir da formação sócio-econômica do Brasil e as relações entre as cidades hanseáticas (principalmente Hamburgo) e o Brasil.

### 3. CONTEXTO HISTÓRICO DO BRASIL E O IMPACTO DA ECONOMIA AÇUCAREIRA NA INTERNACIONALIZAÇÃO DE MARUIM

Tendo em vista o contexto histórico que o Brasil passava durante o século XIX, com a guerra que Napoleão incidia sobre a Europa houve consequências para a Coroa Portuguesa e o Brasil. Após a imposição do bloqueio continental entre a Inglaterra e a Europa, Portugal representava uma brecha no bloqueio que precisava ser fechada. No final de 1807, tropas francesas foram em direção à Espanha e Portugal e nesse período o príncipe Dom João, que já havia sido declarado rei, decidiu em alguns dias pela transferência da Corte para a Colônia, sendo assim, “[...] cerca de 10 a 15 mil pessoas embarcaram em navios portugueses rumo ao Brasil, sob proteção da Marinha Inglesa” (FAUSTO, 1995, p. 121).

Desde a vinda da Corte Portuguesa para o Brasil houve uma reviravolta nas relações entre a Metrópole e a Colônia. A Corte se estabeleceu na Bahia, Dom João logo decretou a abertura dos portos para as Nações Amigas em janeiro de 1808. Naquele momento, dava fim aos trezentos anos de sistema colonial. Quando, no Rio de Janeiro, o príncipe revogou alguns decretos que proibiam, por exemplo, a instalação de manufaturas na Colônia, isentou de tributos importações de matérias-primas destinadas à indústria, ofereceu subsídios para as indústrias da lã, da seda e do ferro, encorajou a invenção e introdução de novas máquinas (BORIS, 1995, p. 122). Além disso, “[...] a abertura dos portos favoreceu também os proprietários rurais produtores de bens destinados à exportação (açúcar e algodão, principalmente), os quais se livraram do monopólio comercial da Metrópole.” (FAUSTO, 1995, p.122). Sendo assim, percebe-se que o Brasil passou por uma grande transformação no início do século, ainda sendo maior após a independência em 1822 e ratificada em 1824. A abertura dos portos foi uma das principais medidas para a ampla mudança da economia do Brasil.

De acordo com Werner Baer (1996), no período colonial e especialmente durante o século XVI, o Brasil não era uma colônia à qual Portugal dava atenção, já que, ao contrário dos seus vizinhos espanhóis, não teve a sorte de encontrar metais preciosos logo que chegou ao território. Além disso, o território brasileiro era muito amplo, com população majoritariamente indígena, a qual foi diminuindo devido principalmente às doenças trazidas pelos primeiros colonizadores e que dificilmente se adaptava à disciplina e ao trabalho com plantio.

Economicamente, o primeiro produto de exportação a ser inserido na economia da colônia foi o açúcar, trazido pelos primeiros colonizadores. Por volta de 1520, o açúcar foi

transportado ao continente por usineiros e comerciantes que vieram das Ilhas do Atlântico que eram também dominadas por Portugal. Sendo assim, o produto formou o que Baer (1996, p. 32) denomina de “primeira de uma série de ciclos de exportação primária” que dominaria o Brasil até o século XX.

Devido aos fatores citados acima, a organização socioeconômica do país era descentralizada, “[...] o comércio a cargo de particulares e a fundação dos povoados foi deixada a cargo dos destinatários indivíduos que recebiam concessões para povoar e desenvolver determinadas áreas (capitanias) às próprias expensas” (BAER, 1996, p. 33). Então, para o autor, as regras gerais eram determinadas pela Europa e implementadas pelos governadores e conselheiros municipais, sendo esses conselhos dominados pelos grandes proprietários rurais e senhores de engenho. Assim, o centro da organização social e econômica da colônia estava concentrada nas plantações de açúcar.

O açúcar era produzido principalmente na zona litorânea do Nordeste, Zona da Mata, que tinha condições de plantio e de melhor logística que outras regiões do país. Durante o século XVII, a Zona da Mata tornou-se uma região onde se dava prioridade à monocultura, havendo um aumento regular na exportação e no plantio de açúcar. Além disso, esse crescimento também se apresentou na população escravizada.

Nesse contexto, Baer (1996) comenta ainda sobre o declínio do açúcar na região do Nordeste. A baixa da exportação do açúcar não se deu à falta de tecnologia do Brasil, pois o custo do açúcar brasileiro ainda era mais baixo que o preço mundial. A causa teria sido o amplo desenvolvimento de oferta do produto nas colônias inglesas, francesas e holandesas que tinham acesso preferencial ao mercado de origem. Mesmo no final do século XVII e início do século XVIII, séculos datados enquanto fim do ciclo do açúcar, Maruim tinha números relativamente estáveis. Durante a segunda metade do século XIX, essa relativa estabilidade é apresentada muito provavelmente pela importância e influência da família Scharamm no mercado da Europa Central.

Ainda segundo Baer, os motivos prováveis de haver o fim do ciclo do açúcar no Nordeste foram:

O legado do ciclo de exportação do açúcar foi negativo. A organização da agricultura no interior do Nordeste permaneceu primitiva e nas plantações costeiras as técnicas agrícolas continuaram a ser arcaicas. O sistema escravagista manteve os recursos humanos subdesenvolvidos, e a distribuição de bens e de renda era extremamente concentrada. Muitos dos lucros não previstos proporcionados pelo ciclo da cana-de-açúcar passaram às mãos dos portugueses e intermediários estrangeiros, enquanto grande parte dos lucros que cabia aos fazendeiros e senhores de engenho foi gasta com bens de consumo importados, e não em melhorias técnicas e de infra-estrutura. (BAER, 1996, p. 35)

Além disso, segundo Baer (1996, p. 38):

Durante o século XIX, o Brasil adaptou-se facilmente à ordem econômica controlada pela Grã-Bretanha, que se tornou o núcleo do centro industrial do mundo, trocando seus produtos manufaturados por alimentos e matérias-primas do exterior, ou seja, de países cujas economias eram completamente dependentes da exportação deles. O Brasil tornou-se um típico exemplo de tais países, pois sua economia dependia de um importante produto primário de exportação (café) e de alguns secundários (açúcar, algodão, cacau). Durante quase todo esse período, sua economia estava aberta ao capital e aos produtos manufaturados estrangeiros (principalmente ingleses), que fluíram para dentro do país e destinavam-se a formar uma infra-estrutura financeira, comercial e de transportes que poderia ligar o país mais eficientemente à ordem econômica mundial do século XIX.

Se faz necessário também perceber que, segundo Caio Prado Júnior (2012), a primeira metade do século XIX é apresentada como período de transição para o Brasil, situação essa criada pela independência e pela autonomia nacional. Citando a transferência da corte portuguesa em 1808 e a emancipação política em 1822 como fatores importantes para essa transformação ou até mesmo antes foram sendo criados os alicerces para a mudança que estava por vir no país.

Assim, Caio Prado Jr. (2012), aponta a evolução econômica do Império (1840-1889), apresentando questões da evolução da cana de açúcar para o café, um novo equilíbrio econômico pós-guerra do Paraguai, a decadência do trabalho servil e sua abolição e imigração e colonização. A evolução agrícola, para o autor, é onde se encontrará a produção brasileira, produto que colocou em perspectiva nos mercados internacionais, bases financeiras e crédito, assim como aparelhamento comercial suficiente para sua expansão.

A Guerra do Paraguai (1864-1870) causou um comprometimento nas finanças do país, que já não estava bem nas contas públicas e o estabelecimento de um sistema monetário estável e sólido. Ou seja, por um lado, é mostrado que os cofres públicos sofreram golpes duros já que reforços de guerra custam caro e também o Estado brasileiro aumentou em grande escala seus empréstimos com a Grã-Bretanha. Por outro lado, estava o movimento de aparelhamento financeiro do país, estabelecimento de bancos, empresas financeiras e companhias de seguro, juntamente capital estrangeiro colocou o país em uma situação em que dava para manter o país seguro. Além disso, o desenvolvimento técnico do país avançava no sistema de transportes, como estradas de ferro, rede telegráfica, cabos submarinos e um relativo progresso industrial.

A questão da mão-de-obra ficou a cargo da abolição da escravatura e da imigração. A decadência da escravidão levou o Brasil a uma crise de mão de obra e colocava o país a ponto de um colapso produtivo a qualquer momento, não sendo considerada - pelos grandes agricultores - a mão de obra livre e assalariada ajustável para o trabalho na lavoura. Além

disso, o trabalho escravo era produtivo para o gênero agrícola, não para trabalho em manufatura e por isso foi importante a chegada de imigrantes europeus, assim como da população ociosa em grandes centros, dando origem ao proletariado brasileiro (PRADO JÚNIOR, 2012).

A imigração europeia, segundo Prado Júnior (2012), não foi de fácil adaptação, principalmente por não se manter em uma relação servil. Mas além do fator trabalho, os imigrantes foram de grande importância para modificar o equilíbrio demográfico e geoeconômico, especialmente para as regiões do Centro-Sul e de declínio na região Norte (Nordeste, atualmente). O principal destino dos estrangeiros recém-chegados era o vale amazônico, sul da Bahia e São Paulo, sendo este último um grande polo de atração. Assim, segundo Prado Júnior (2012, p. 202):

O desequilíbrio em favor deste último, que já começava a beneficiar-se com a larga imigração estrangeira, tornar-se a cada vez mais profundo, e vai preparando o novo São Paulo tão diferente dos nossos dias; um São Paulo que econômico, social e demograficamente contrasta tão profundamente com o resto do país. Fato esse prenhe das mais amplas e graves consequências.

Além de Caio Prado Júnior (2012), Myrian Ellis *et al* (2004), apresentam uma visão sobre o que chamam de História Geral da Civilização Brasileira sob direção de Sérgio Buarque de Holanda. Colocam em pauta as conjunturas internacionais (não somente ligada à extinção do tráfico e Guerra do Paraguai) como por exemplo a expansão da Revolução Industrial e como afetou a economia do Brasil e a grande lavoura a partir de novas tecnologias para melhorar a eficiência. Assim, com a revolução industrial, “estabeleceu-se um sistema de divisão internacional de trabalho à base do mercado mundial” (MYRIAN ELLIS *et al*, 2004, p. 103).

Myrian Ellis *et al* (2004), demonstram que a estrutura colonial do país se manteve intacta durante todo o período monárquico de 1822 a 1889 na base da grande lavoura, ou seja, “por meio da grande lavoura preservou-se a feição essencial da nossa economia, que funciona para exportar os gêneros tropicais de que necessitavam os países industrializados. (MYRIAN ELLIS *et al*, 2004, p. 161). Essa economia se manteve estável desde seus primórdios até 1888, que durante o período monárquico entrou em expansão graças ao desenvolvimento na lavoura do café.

Ainda no século XIX tomou forma o Complexo Nordestino destinado a encontros e debates sobre a economia açucareira nordestina. Durante esse século, o Nordeste era uma das regiões econômicas mais importantes e desenvolvidas do país, concentrando o polo econômico e político do período. A região do sertão abrangia a zona algodoeira-pecuarista

enquanto a zona da mata e o agreste abarcavam a zona açucareira. Entretanto, esse processo mudou na década de 1930 e se intensificou em 1950 em função da concentração de infraestrutura, poder e o fortalecimento do café na região Sudeste, especificamente em São Paulo e Rio de Janeiro. Esse processo desigual de desenvolvimento e de urbanização transformou o complexo nordestino de uma região econômica avançada apenas para um polo fornecedor de migrantes para as regiões centro-sul do país.

Araújo (2008) apresenta o Complexo Nordeste como fator importante do desenvolvimento da economia brasileira, nordestina e sergipana, respectivamente. O autor, analisando através de Celso Furtado, apresenta um quadro panorâmico do complexo nordestino apontando a reprodução, a partir da inserção à ordem internacional, de desigualdade socioeconômica que o Brasil apresentava mesmo após a separação de Portugal. A estrutura produtiva montada no Brasil colônia com vasto território e com solo fértil foi disponibilizada para atender às chamadas *plantations*, especialmente de cana-de-açúcar a favor da acumulação do império português, mas não para consumo interno.

O autor afirma também que o Complexo Nordeste herdou a dinâmica exportadora do Brasil colônia e tinha como principal demanda o mercado externo como válvula expansionista da economia regional. Concentração de propriedade e renda, prioridade à agricultura de exportação, marginalização da agricultura de subsistência e imposição do sistema político regional verossímil com o plutocrático, montada no século XIX, são fatores que influenciaram a manutenção da impossibilidade de um avanço urbano e de desenvolvimento econômico regional até os dias de hoje. Além disso, Araújo (2008) destaca que o Complexo se manteve por três séculos sem ir à decadência. Essa afirmação pode ser vista a partir da letargia da economia nordestina apenas destinada a esse tipo de produção e de uma elite que não aceitava esse dinamismo.

A falta de interesse em inovação é perceptível também em Almeida (1984), quando a autora destaca a vontade e o interesse da firma A. Schramm & Cia em ampliar os recursos, trazendo maquinários e tecnologia para a província e quiçá construindo uma refinaria. Esse projeto teve que ser descontinuado justamente pelo fato da política local ser resistente a mudanças na estrutura da economia local. Mas também é prova do quanto a família Schramm e sua empresa influenciaram no desenvolvimento - ou em sua tentativa - de Sergipe, em especial, de Maruim.

Segundo Azevedo (2011, p. 7-8),

A família Schramm em Maruim foi a detentora das firmas Schramm & Cia., conhecida na região da Cotinguiba como Casa Inglesa, o nome dado pelo seu primeiro proprietário Eduardo Winne, que acumulava os cargos de vice-cônsul da

Noruega e da Suécia em Maruim, que com a crise motivada pela Guerra do Paraguai decidiu vender o empreendimento ao sr. Adolph Schramm. Eram exportadores de açúcar e importadores de máquinas. F. Otto Schramm assume o controle dos negócios da família em 1865, ano da morte de sua tia Adolphine Schramm casada com o responsável pelos negócios até este momento Ernest Schramm. Possuía filiais em Recife, Salvador, no Rio de Janeiro e na cidade alemã de Hamburgo.

A economia da Província de Sergipe Del Rey também é importante para perceber a importância de Maruim e da argumentação do presente trabalho. Sendo assim, com os fatores apresentados até aqui sobre as transformações que foram acontecendo no Brasil durante o século XIX, ainda se tinha a separação e a doação de terras do território nacional para a produção de bens que pudessem servir à prosperidade econômica e política do país, colocando a nova metrópole de Portugal no mapa.

Nesse contexto, a Província de Sergipe não tinha muita prosperidade por ser dependente regionalmente da Bahia. O território sergipano em um primeiro momento só era utilizado para criação de gado e para consumo interno abastecendo, além da população da província, a de Pernambuco e da Bahia até o século XVIII. A cana-de-açúcar até aquele momento tinha pouca prospecção, pois a sua lavoura só tinha em locais mais propícios ao seu cultivo como o vale do Vaza-Barris e Cotinguiba.

No final do século XVIII, percebe-se uma mudança na relação do Brasil e a crise do açúcar e o surgimento de uma linha progressista entre os comerciantes que viam na cana a nova fonte de riqueza, então manifestava-se uma procura de locais que pudessem haver um melhor aproveitamento de terras férteis e com um produto de aceitação internacional, buscando uma imagem de ator importante no mercado externo. A partir desse momento, começou uma grande margem de lucros para produção devido à vantagem de preços principalmente no mercado da cidade de Amsterdã, nos Países Baixos, no qual o açúcar tinha cotação de 0,33 florins<sup>6</sup> em 1790, aumentando para cerca de 0,80 anos depois (ALMEIDA, 1984).

Com essa margem de lucro os engenhos começaram a multiplicar-se pelo país em regiões favoráveis ao cultivo, como Sergipe, São Paulo, Alagoas, Paraíba e nos antigos centros açucareiros: Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. De acordo com Almeida (1984), é possível notar também um aumento da população, formação de vilas, acumulação de capitais e melhoria do sistema viário.

---

<sup>6</sup> Segundo a Cartilha do Banco Central (2004), Dinheiro no Brasil, 2ª Edição de dezembro de 2004, a moeda foi cunhada juntamente com o soldo pelos holandeses durante a invasão ao nordeste para transações com fornecedores e soldados. A moeda trazia a marca da Companhia de Comércio das Índias Ocidentais e foi a primeira moeda a cunhar a palavra Brasil no verso. A única informação sobre cotação foi que a moeda valia mais que o Florim Holandês, pois a ideia era que a moeda não saísse do Brasil.

Entretanto, apenas por volta dos anos 1840 se nota uma expansão da cultura canavieira, na qual Sergipe ampliava seu espaço de cultivo de forma desproporcional aos outros cultivos, principalmente de grãos para consumo interno. Municípios como Santa Luzia, São Cristóvão, Socorro, Maruim, Laranjeiras, Santo Amaro, Vila Nova, Propriá e Lagarto compravam tudo que consumiam e as fazendas do interior da província eram áreas apenas suficientes para trabalho nas lavouras de cana, transporte do açúcar, alimentação das populações interioranas e senhorio. A carne para os escravos viria toda do Rio Grande do Sul ou do Ceará.

Com esse contexto, é preciso frisar a fragilidade do sistema econômico do estado com exclusividade de duas culturas (cana-de-açúcar e algodão) para exportação e se projetando em um mercado internacional que as atinge por forças de interesses levando à criação de mercados dependentes, à política de privilégios e à substituição de produtos (ALMEIDA, 1984). Diante disso, as duas culturas tiveram apenas dois momentos de bons rendimentos, o primeiro durante o século XIX, em meio às guerras napoleônicas (1803 - 1815) e guerra americana (Secessão, 1861 - 1865). Na década de 1840, a exportação do açúcar teve sua reação devido ao aumento das importações inglesas e diminuição da exportação do açúcar das colônias francesas e para o algodão nas décadas de 1860 e 1870 pela desarticulação da produção americana. Sergipe não só dependia dessas duas culturas, mas a província também era importante na distribuição de 19 artigos diferentes incluindo: rama e lã, aguardente, couros salgados, coco, azeite, feijão, madeira, flechas, arroz, fumo. Entretanto, sempre houve a primazia do açúcar e algodão (ALMEIDA, 1984).

Os mercados externos foram construídos na base do colonialismo, com relação exclusiva com Portugal e, no Nordeste, a Bahia era a província que tinha ligação mais estreita com a metrópole com a comercialização da cana-de-açúcar, até mais que o Rio de Janeiro. De acordo com o volume de exportação da cana, a Bahia tornou-se a província mais importante da colônia. Ao tornar-se independente, os dispositivos do comércio continuaram os mesmos, controle das nações estrangeiras, apenas com a mudança de que a produção estava em função da conjuntura internacional, esses interesses se estenderam a Sergipe, direta ou indiretamente, através da Bahia.

Até o final dos anos 1830 o único comprador do açúcar sergipano foi a Bahia, as outras cargas que iam para Maceió eram produtos de menor valor comercial como o sal. Essa relação começaria a mudar com a chegada na navegação de longo curso para o mercado europeu, Inglaterra, Portugal, Alemanha e França, e estadunidense (ALMEIDA, 1984).

Houve pouca mudança em produtos que eram exportados, ao longo do século. Entretanto, no tocante ao mercado interno, representava muito mais do que a venda de produtos diretos para o estrangeiro, mesmo com o comércio consolidado, preservando a intermediação da Bahia parte do século. Segundo Almeida (1984, p. 142):

O comércio direto com as nações estrangeiras apresenta-se tímido por quase vinte anos, não alcançando os 20% em relação à produção que vai para os portos nacionais. Dos fins dos anos 50 e 1872, o crescimento da participação estrangeira é de pouco mais e dez pontos, oscilando entre 20 e 30%. Há uma relativa estabilidade do comércio direto com o estrangeiro nesses quinze anos: a queda dos exercícios 1860/1861, 1864/1865 e 1870/1871 prussiana. De 1872/1873 em diante, os mercados estrangeiros vão ganhando terreno, terminando por alcançar os elevados índices dos anos 80, o pico em 1882/1883, quase 80% da produção local indo para fora, sem a intermediação de outros portos nacionais.

Na crise do açúcar, a província de Sergipe sofreu vários golpes, tanto internos quanto externos, o açúcar sergipano sofreu com o aumento da produção do Rio de Janeiro e com a concorrência do açúcar de beterraba, respectivamente. Nos anos 1870 e 1880 o Brasil procurou compensar a perda dos mercados europeus entrando no mercado americano, porém a substituição não contrabalançou a antiga relação com a Grã-Bretanha, pois os EUA tinham livre acesso ao açúcar de Porto Rico e Cuba. No entanto, é preciso destacar que o mercado sergipano ainda não sofreu o dano do mercado europeu, porque os compradores tradicionais preferiam comprar açúcar de segunda ou mascavo (mais barato) e perdurou-se dessa forma até o final do século XIX.

Segundo Maria Thetis Nunes (2006), as alternâncias nos índices de exportação do açúcar foram consequência da procura do café que beneficiou a região Sudeste, que passou a comandar a política do país. Nesse sentido,

A Província de Sergipe, tendo na agropecuária o suporte da estrutura econômica, encontrava-se na dependência do mercado externo e suas flutuações. O levantamento exato da realidade do seu comércio só se tornou possível a partir de 1854 quando a Resolução 375, de fevereiro de 1854, do Presidente Inácio Joaquim Barbosa, tornou obrigatórias as exportações que, até então, eram realizadas pelo porto da Bahia, a serem feitas pelos portos sergipanos. (NUNES, 2006, p. 20)

Nunes (2006) aponta que após a capitania se tornar independente da Bahia, os engenhos quase que dobraram no início do Segundo Império, assim como as exportações que saíram de uma média anual de 16.636 toneladas na metade do século XIX, para 41.590, no final do mesmo século.

Comparando com os engenhos de Pernambuco e da Bahia, os maiores da região, os engenhos do pequeno estado tinham o menor número de escravos, os trabalhadores servís eram tratados de melhor forma levando em consideração o capital aplicado na mão de obra e o prejuízo que poderia trazer para os mesmos em caso de perda (NUNES, 2006). Muito da

expansão desses engenhos no estado de Sergipe adveio da mão de obra servil. As porcentagens passavam de 25,5% quando o fim do tráfico para 12,8%, em 1872, e 5,6%, em 1888 (NUNES, 2006). O trabalhador livre foi aos poucos substituindo a mão de obra escrava ao longo da segunda metade do século XIX além de ter pouca mão de obra escrava no território da província, por esse motivo mostra que não se teve tanto transtorno a economia da Província a extinção da escravidão como no resto do país.

Diante do conflito civil nos Estados Unidos, houve um aumento da demanda por algodão, então a província passou a cobrir o vazio que os países deixou no comércio internacional. Essa cultura estendeu-se pela região de Itabaiana, onde seria melhor a fertilidade do solo para a plantação do algodão, a partir de 1870. Assim, durante esse mesmo período chegaram as primeiras máquinas a vapor para descaroçar algodão, se propagando rapidamente. “A mais importante dessas máquinas pertencia à casa Schramm & Cia, localizada em Maruim, com capacidade diária para descaroçar 600 arrobas de algodão.” (NUNES, 2006, p. 24).

De acordo com Nunes (2006), as mudanças na estrutura sócio-econômica no Brasil que impactaram Sergipe foram, por exemplo, 1) o livre cambismo, em 1844, abalado pelo protecionismo decorrente das medidas do Ministro Alves Branco; 2) a abolição do tráfico de escravos em 1850, passando a ser empregados nas indústrias; 3) a atuação do Barão de Mauá; 4) as linhas de navegação a vapor entre Brasil e Europa, em 1850.

Essas mudanças ecoaram em Sergipe por meio dos presidentes da província nomeados pelo Governo Imperial. Segundo a autora (NUNES, 2006, p.26):

Ao enfatizarem os problemas econômicos existentes, ressaltam a situação da agricultura, seu estio, criticando a mentalidade retrógrada dos senhores de engenho presos à tradição, alertando-os para a necessidade de introdução de máquinas agrícolas substituindo o braço escravo.

Assim como o Complexo Nordeste comentado por Araújo (2008), direcionado pelas elites político econômicas da região, o Imperial Instituto Sergipano de Agricultura teve objetivo semelhante, mas também sem sucesso. O Imperial Instituto Sergipano de Agricultura foi uma instituição criada para desenvolver a agricultura local incentivado pelo governo imperial para desenvolvimento de tecnologia e avanço das técnicas de produção. Segundo Nunes (2006), esse insucesso levaria à criação do Comércio Agrícola de Sergipe, em 1870, localizada em Maruim, “[...] objetivando resolver os problemas que afetam a indústria açucareira local, a partir da introdução de uma variedade de cana mais rentável, e da contratação de técnicos para os engenhos, que não seria realizada por falta de recursos.” (NUNES, 2006, p. 29).

O aprimoramento e desenvolvimento dos engenhos a vapor muito se deve a pessoas habilitadas para sua instalação e conservação. Assim, desde 1860, os presidentes indicados pelo governo Imperial incentivaram com prêmios e privilégios a quem implantasse uma fundição. A exemplo da Cameron e Smith & Cia em Aracaju, 1870, e da Schramm & Cia, em Maruim. Muito dos problemas para o desenvolvimento da economia sergipana se dava por seu acesso quase que exclusivo pelo transporte marítimo. De acordo com Nunes (2006), a Barra do Cotinguiba monopolizava cerca de  $\frac{3}{4}$  do comércio provincial.

Seguindo as transformações do Brasil, a partir de 1870 iniciou-se a transição para o capitalismo com a saída do polo de poder dos escravocratas para os burgueses. Assim, ampliava-se as indústrias, meios de transporte, comunicação e em última instância, a urbanização. No fim do Segundo Império “evidenciava-se que a vida econômica da província continuava respaldada na produção dos engenhos que somam, então, 820. Do total das exportações externas e internas do anos de 1888 orçadas em 2.524.904, provinham do açúcar 1.994.400 significando 78,98%. O algodão, o segundo produto das exportações, registrava apenas 195.668, ou seja, 7,4%.” (NUNES, 2006, p. 36).

Essas mudanças não se fizeram presentes apenas na estrutura econômica, mas também social do país, em grande medida como consequência da integração do país ao capitalismo ocidental. A província de Sergipe teve impacto justamente no tocante à expansão canavieira e a valorização do açúcar no comércio internacional. A base estrutural da população de Sergipe naquele momento era formada por brancos (29,71%), negros (14,77%), mestiços (48,91%) e caboclos (indígenas, 6,52%) (NUNES, 2006). O desenvolvimento da indústria açucareira expandiu o fluxo de escravos na província, no entanto não tanto em comparação a estados como da Bahia e Pernambuco como citado anteriormente. Os indígenas significavam um obstáculo à expansão dos engenhos no tocante a terras, sendo assim “nos começos do século XIX a população indígena sergipana estava reduzida a 1.440 pessoas para uma população de 20. 500 brancos, 19.542 pretos e 30.542 mestiços, significando, apenas, 2% da população.” (NUNES, 2006, p. 46).

É perceptível, por meio de Nunes (2006), que o elemento racial impactava a estrutura política, os descendentes de imigrantes (em sua maioria, portugueses) constituíram a elite social sergipana desde a colônia e não foi diferente durante a província. Mas é importante destacar que no estado estabeleceram-se, muito por conta da expansão açucareira, muitos europeus de diferentes nacionalidades na província. Em Maruim, por exemplo, chegaram franceses, alemães, ingleses, entre outros.

O estabelecimento de casas exportadoras estrangeiras em cidades como Maruim - uma das mais importantes cidades da província, juntamente com Laranjeiras - contribuiu para o desenvolvimento da economia local, assim como para o comércio com o estrangeiro. Essa preferência se dava, principalmente, na localização das duas cidades, sendo no final do estuário e próximo dos engenhos de açúcar, tornando mais fácil a prática de negócios e estabelecer dependências. Assim, a primeira a se estabelecer na cidade de Maruim foi a A. Schramm & Cia, casa de origem hamburguesa, que se estabeleceu no ano de 1834, o que viria a se tornar a principal casa a desempenhar no comércio estrangeiro sergipano (ALMEIDA, 1984).

Quando da chegada da firma, a cidade era pequena, mas devido à questão da proximidade com os centros açucareiros, logo começou a crescer, assim como se tornou o porto intermediário de todos os produtos que eram importados e exportados no estado. Devido a essas vantagens, os Schramm fixaram-se na cidade e até influenciaram agentes portugueses a se estabelecerem também em Maruim. Assim, com esse cenário oportuno, Maruim abrigou firmas europeias enquanto polo sergipano de exportação, culminando em 1870, ao desconhecimento do porto da capital, fazendo com que toda a correspondência oficial da alfândega fosse endereçada para Maruim.

O açúcar comprado pela casa hamburguesa tinha como principal destino o norte da Europa, localidade onde apreciava o produto pela qualidade inferior, sendo assim adaptado às indústrias, especialmente da Dinamarca. Mas não se pode negar a participação de grandes portos europeus, os quais ultrapassaram o comércio de açúcar sergipano, como, por exemplo, o Canal, Liverpool, Londres, Hamburgo e Gotemburgo, além disso, na década de 1860 mais três portos tornaram destino, os de Copenhague, na Dinamarca, Landskrona, na Suécia e Frederikshamm, na Finlândia (ALMEIDA, 1984).

Além disso, Subrinho (1987), apresenta um quadro geral do comportamento da demanda externa do açúcar sergipano:

Em 1846, foi promulgado, na Grã-Bretanha, o Sugar Act, que reduziu as tarifas sobre importações de açúcar bruto, provocando a recuperação nas exportações brasileiras desse produto, durante as décadas de 1850-1860. Em Sergipe, atingiu-se um pico de exportações em 1856-57, seguido de uma retração nas exportações e preço médio por tonelada. Em 1866-67 houve sensível recuperação, atingindo-se o maior valor exportado até então, bem como o mais elevado preço médio. Segue-se no fim da década de 1860 e início da de 1870, uma queda sensível e inexorável no preço médio por tonelada exportadora, acompanhada de elevação na quantidade exportada, que faz com que em alguns períodos o valor total das exportações não apresente tendências à queda, chegando mesmo a crescer, em outros. Na segunda metade do século XIX esse aumento no volume exportado, acompanhado da redução do preço médio, é compatível com as condições do mercado internacional: grade difusão do consumo; queda de preços devido ao aumento da concorrência;

surgimento de produtores de açúcar de beterraba no Continente Europeu, cujas exportações eram altamente subsidiadas (25) (SUBRINHO, 1987, p.28)

Nesse sentido, assim como apontado por Fausto (1995), pode-se caracterizar a economia açucareira não como um ciclo, mas como uma estrutura, na qual existiam alternância de fases melhores e piores - como demonstrado acima -, sendo assim, é mais adequado afirmar que o açúcar durante o século XIX tenha perdido seu papel enquanto dominante na economia do Brasil, no entanto não mudou o status do açúcar sergipano no mercado internacional.

Almeida (1993) e Boris (1995) apresentam uma tentativa de mostrar como a conjuntura da economia açucareira foi problemática durante o século XIX. Entretanto, não levando a uma decadência, mas numa diminuição da exportação do produto. Assim, a autora Almeida (1993) apresenta alguns fatores externos que geraram a crise do açúcar nordestino, sendo eles: a apresentação de uma nova fase para o produto, nos fins do século XVIII e início do século XIX, uma relação de comparação entre o açúcar cubano e o brasileiro, a concorrência da beterraba e o comportamento do preço do durante essa nova fase.

Dessa forma:

Em meio ao processo de consolidação da fisionomia agroexportadora colonial, as crises não podem ser vistas como fontes geradoras de inestancável processo de decadência. A superação dos momentos de retração, acrescendo os níveis de organização antes alcançados e mantendo as características anteriores da produção, incluem novos elementos à composição de uma civilização reflexa do mundo do açúcar. Estudos mais aprofundados sobre tais fases podem revelar, e já o fazem, mecanismos alternativos diversos que não estão sendo, por enquanto, considerados pela historiografia atual, principalmente para o caso do Nordeste. (ALMEIDA, 1993, p. 63).

Em suma, a partir do contexto histórico e econômico do Brasil é possível notar que muito se teve influência na dinâmica econômica açucareira de Maruim e na sua internacionalização. No entanto, não tão profunda quanto se imaginava. Muitos economistas apresentam a economia açucareira como um ciclo e não enquanto conjuntura, já que essa economia apenas deixa de ser a principal fonte de exportação do Brasil. Para Maruim, mesmo passado do período colonial, o açúcar ainda era a principal fonte de exportação, especialmente pela influência da família Schramm nos portos da Prússia e nas cidades autônomas de Bremen, Hamburgo e Lübeck, que serão apresentadas no capítulo seguinte.

Essa dinâmica de conjuntura é apresentada no capítulo por meio das questões da economia brasileira, como por exemplo as crises internacionais do açúcar, a dominação do açúcar das colônias francesas e o algodão dos Estados Unidos e do açúcar proporcionado pela beterraba. Assim como as questões internas do país, a extinção do tráfico de pessoas negras

para mão de obra escrava e da expansão do açúcar do Rio de Janeiro. Nesse sentido, é perceptível que durante o processo a economia de Maruim ficou abalada, no entanto as exportações do produto seguiram em diante.

Assim, percebe-se que durante o processo de criação de teorias e análises sobre a história sócio-econômica brasileira durante o século XIX. O que se vê é uma convergência desses pensamentos a ponto de transformar a complexa economia do Brasil em apenas descrição de ciclos e não como uma conjuntura que foi afetada principalmente por eventos internacionais.

Nesse sentido é que no próximo capítulo é apresentado a complexa relação do Brasil com as cidades livres e autônomas hanseáticas, as quais foram cruciais para o crescimento e avanço econômico da Província de Sergipe Del Rey, mas também para uma aproximação do país com outras regiões além das potências da Europa, Inglaterra e França.

#### 4. POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL E SUA INFLUÊNCIA NO PANORAMA SÓCIO-ECONÔMICO EM MARUIM

A partir do capítulo anterior é possível perceber o quanto o comércio exterior é importante para a Política Externa do Brasil. Para Oliveira (2017), a Política Externa é caracterizada como uma área que representa os interesses do Estado no sistema internacional e sua implementação e definição são de cunho apenas centralizado do Estado. No entanto, é perceptível que durante o século XIX, especialmente relacionada às questões econômicas, as províncias mantinham relativa autonomia, especialmente no tocante aos parceiros comerciais, já que, segundo Almeida (1984), embora as relações culturais com a Alemanha não fossem das mais ativas como no período anterior - Primeiro Reinado - e passasse por um retrocesso, a Alemanha e a Inglaterra disputavam a conquista do mercado sergipano.

Assim, o que se nota é uma ruptura com o período anterior em relação aos interesses nacionais. A política externa brasileira se orientou durante meados do século XIX, segundo Cervo e Bueno (2012), por quatro parâmetros. O primeiro é a decisão de controlar a política comercial, com autonomia alfandegária - não se controlando de maneira adequada por conta das pressões internas e externas da época, com tensões dos conservadores e dos liberais. Segundo, o aumento da quantidade de mão-de-obra externa, pela gradativa diminuição do tráfico de escravos negros e incentivos a imigração, graças às tensões do Brasil e Inglaterra - até o momento da extinção definitiva o Brasil conseguiu manter o tráfico enfatizando a Inglaterra o fato de ser o único Império na América do Sul e o único que tinha a capacidade de manter a ordem no continente com o avanço dos ideais republicanos. Em terceiro, a suspensão de posses territoriais e políticas que firmasse definitivamente as fronteiras nacionais - questão da Amazônia e o expansionismo estadunidense. E, por último, a presença na região platina tendo em consideração interesses econômicos, políticos e securitários.

Além disso, utilizou-se da ferramenta da diplomacia para ampliar os ganhos externos, utilizando-se do uso da força somente em último caso, casos esses que tivessem certeza de sucesso - muito utilizada na América do Sul, mas “proibida nas relações com a Europa e os Estados Unidos” (CERVO; BUENO, 2012, p. 73). Nesse momento, é importante destacar a institucionalização da diplomacia, tanto no Conselho de Estado quanto no Senado no auxílio do Imperador e no “controle” da opinião pública, manifestando-se por meio da Câmara dos Deputados e eventualmente no Gabinete de Dom Pedro II. Assim, afirma, Cervo e Bueno, 2012, p. 76:

A política externa era, pois, uma responsabilidade efetiva que abrangia o conjunto das instituições e perpassava pelos partidos, os órgãos e o Ministério dos Negócios Estrangeiros. Era feita pelos homens que a moldavam a suas ideias, temperamentos, percepções do interesse nacional e métodos de ação.

Por meio desses parâmetros de Cervo e Bueno (2012), é possível notar questões ditas nos capítulos anteriores. Como o fato da instalação da alfândega em Maruim, no ano de 1846, anos após a independência do estado de Sergipe em relação à Bahia, levando a uma capacidade mais autônoma do município em seus negócios com estrangeiros e o recolhimento de impostos. Medida autorizada pelo alto escalão do governo de Dom Pedro II e pelo próprio imperador. E a quantidade de mão-de-obra, voltada não só para trabalho escravo nas lavouras, mas também a chegada dos imigrantes para trabalhos mais especializados ligados a massas e marcenaria.

Assim, será possível notar que durante esse capítulo houve uma tentativa constante do governo brasileiro na utilização da diplomacia como meio de firmar sua autonomia e ganhos externos que impactam no estudo desse trabalho, como por exemplo: a missão diplomática do Visconde de Abrantes. Missão essa que teve característica fundamental para a dinâmica entre o Brasil e o Zollverein, assim como para o desenvolvimento econômico de Sergipe e do município de Maruim.

De acordo com Feldman (2009), naquele período a política externa se confundia inúmeras vezes com o pensamento da política interna já que muitas das questões e apontamentos daquela durante o Segundo Reinado tiveram características dicotômicas, sendo elas de particular/universal e civilização/barbárie, ou seja, entre soberania e o sistema internacional e entre o civilizado europeu e bárbaro não-europeu. Essas dicotomias são analisadas, pelo autor, a partir de referências primárias de documentos oficiais do Conselho de Estado, instituição que equivaleria, na República, ao Ministério das Relações Exteriores (MRE), e suas discussões sobre as questões relacionadas à conjuntura internacional na qual o Império Brasileiro estava inserido.

O autor enfatiza a relação que o Brasil teve com o Império Britânico e como ela impactou no que ele chamou de '*imperativo de modernização*', levando em consideração o padrão extra europeu de política externa. Sendo assim, para Feldman (2009, p. 561):

A reflexão do Segundo Reinado sobre relações bilaterais coloca a política externa brasileira em uma encruzilhada entre os padrões intra e extraeuropeus de ordenamento global. Versada no debate entre perspectivas ascendentes e descendentes, a reflexão viu-se às voltas com questões de modernização, deixando o argumento da adesão às instituições civilizadas, senão como tradição, como curso de ação exemplar.

Além disso, Sousa (2016), apresenta o impacto do pensamento político do país durante o período supracitado, como ele afetou no que denomina de ‘pensamento internacional brasileiro’ e como as correntes liberal e conservadora fizeram ao longo do século XIX uma “dança das cadeiras” na diplomacia do Brasil. Sendo o primeiro a favor de uma política externa mais voltada para os EUA e o continente sul-americano, ou seja, de uma amizade com a Argentina, e o segundo para uma política externa mais voltada à Europa, assim como na defesa do equilíbrio de poder na região.

Assim, ao contrário de Sousa (2016) e Feldman (2009), Cervo e Bueno (2012) apontam que os dois grupos se complementam no tocante à política externa. Já que no período, visconde do Rio Branco, realizou como representante diplomático e político realizou um apanhado das duas tendências. Apanhado esse, baseado em uma política externa a partir de uma avaliação global da realidade internacional e que era verdadeiramente brasileira, em busca dos interesses do país. Sendo eles (CERVO; BUENO, 1012, p. 76-77):

livre navegação, limites, comércio, moralização do Prata, soberania, que significava coesão interna, superação das querelas internas na ação externa, formulação autônoma da política externa, estratégia maleável e inteligente de ação, abertura ao debate público para obter o consenso e a força, análise em círculo fechado para acertar a decisão, soluções alternativas de cálculo para a política externa, como resultado.

E para executar com sucesso esses objetivos possuíam o apoio da rede diplomática permanente e com as missões especiais, sendo moldado à realidade doméstica. É importante aqui destacar o papel do Imperador Dom Pedro II, o qual não era permitido chefiar a partir de seus interesses pessoais ou políticos a política externa do país. Não criando nenhum obstáculo ao funcionamento das instituições. Assim, Cervo e Bueno (2012, p. 77):

A política externa não foi moldada, no período, para servir exclusivamente aos interesses da oligarquia fundiária, porque atendia a percepções mais complexas do interesse nacional. Houve uma proposta inicial audaciosa de industrialização que perdeu força com o tempo. A diplomacia sustentou o processo de modernização desencadeado nos anos 1850 e estimulou a produção voltada ao mercado interno. Eram os conservadores mais propensos à proteção do trabalho e da atividade interna do que os liberais. Estes acreditavam na indução inevitável do progresso pelo jogo dos mecanismos liberais, enquanto aqueles atribuíam às políticas públicas a função indutora. O dilema levou a hesitações e dúvidas, prevalecendo enfim o liberalismo radical nas relações econômicas externas.

Mesmo com a criação de condições internas para a aplicação de uma política externa coesa, as condições externas não eram tão favoráveis assim. Naquele período estava em alta a expansão da Revolução Industrial na Europa e nos Estados Unidos, construção de meios de transporte mais rápidos como estradas de ferro e a navegação moderna, concorrência internacional criando tensões internas e externas, busca por mercados, colonialismo e

imperialismo. Tais fatores impediam o Brasil de manter tanto a autonomia quanto um protecionismo em relação à indústria nacional. Nesse sentido, Cervo e Bueno (2012) apresentam quatro variáveis no quadro internacional que impedia o Brasil a seguir sua linha coesa de política externa: liberalismo econômico (pilar da política externa da Grã-Bretanha), penetração ocidental na Ásia (substituição da América Latina pelos países Asiáticos), expansionismo estadunidense e diferentes visões geopolíticas do Brasil e da Argentina.

Nesse sentido, a primeira variável é apontada como pilar da política externa da Grã-Bretanha (grande influência para a política econômica brasileira). A segunda, a penetração ocidental na Ásia destaca-se especialmente com a substituição da América Latina como enfoque principal das políticas imperialistas da época, destacando a saída francesa e inglesa do Prata. A terceira, a aparece o expansionismo estadunidense que quando União passou a estender suas fronteiras em direção ao golfo do México e ao Pacífico por interesses econômicos, pressões demográficas, preocupações políticas interna e especialmente a correntes de psicologia coletiva unindo-se no chamado “destino manifesto” com a doutrina Monroe. E a última, o expansionismo rosista, com a conclusão que deveria ser extinto, buscou-se explorar as condições da política interna para criar condições à realização das metas para o continente (CERVO; BUENO, 2012).

As relações econômicas com o exterior demonstradas por Cervo e Bueno (2012) são vistas com grande expectativa pelo meio político do Brasil. Segundo os autores (2012, p. 80):

O projeto de 1844, amadurecido sobretudo no Senado e no Conselho de Estado, abrangia propostas fundamentais: a) preservar a autonomia alfandegária a fim de se poder controlar a política comercial e as rendas públicas; b) resistir às pressões externas que viessem ferir a autonomia da política econômica mediante acordos bilaterais; c) estabelecer os princípios da reciprocidade real nas relações econômicas com o exterior; d) lançar as bases da indústria nacional por meio do protecionismo.

O projeto de 1844 teve respaldo em três dimensões da Política externa brasileira, sendo elas: a tradição anti-tratados, o ensaio da autonomia e o pensamento industrialista. A primeira, aponta para uma estratégia criada pós-independência com a nova constituição (1827) que tinha por objetivo eliminar as restrições dos produtos brasileiros além-mar e abrir os mercados interno e externo. Essa defesa dos interesses nacionais e sobre sua soberania custou ao Brasil negociações do país com a Inglaterra para renovação de tratados, a fidelidade a esse projeto fez o Conselho de Estado rejeitar o tratado com o Zollverein e explica as resistências às pressões dos Estados Unidos para obtenção de um novo tratado.

A segunda, os homens os quais estavam à frente do projeto eram apegados à liberdade política, não havendo prática no campo das relações econômicas externas. Assim, pretendiam ensaiar uma nova política alfandegária industrial, empresarial, nacional e

autônoma (CERVO;BUENO, 2012). E a terceira e última, ligada às limitações da economia agrícola e a adaptação aos moldes das relações internacionais do capitalismo industrial. Assim, de acordo com Cervo e Bueno (2012),

O projeto de 1844 não teve origem na demanda do meio socioeconômico, porque não havia o que proteger em termos de indústria. Foi uma proposta do Estado, que assim se colocava à frente da nação, atrelada ainda a estruturas arcaicas. Sua elaboração significava a autonomia do Estado, tanto em relação aos interesses internos da classe fundiária quanto aos interesses externos do capitalismo industrial.

O projeto então supracitado tinha assim por fim construir uma potência econômica, mas foi enfraquecendo gradualmente, tendo ambições mais limitadas. Esse declínio deve ser analisado a partir de dois pontos de vista: a) a situação interna era tão confortável que aconselhava-se não obter mudanças profundas; b) alienação das elites políticas em ideologias diferentes.

A criação de aparência de civilização na corte (moldes europeus) e os meios políticos em convulsão pelos valores apresentados pelo Imperador, estavam sendo correspondidas pela opinião pública desde metade do século XIX com a modernização, assim via-se a “miragem do progresso” (CERVO;BUENO, 2012, p.83) tomando a sociedade brasileira desde o Imperador até as camadas mais baixas. A modernização brasileira, em seu início no século, teve estímulos internos e externos, tanto do Estado quanto da sociedade. Com o Brasil tomando decisões a favor da sua soberania, os ingleses corresponderam de acordo com a conjuntura internacional, ou seja, livre concorrência, tornando-se um agente dessa modernização. Após o declínio da economia do açúcar nacional, essa propulsão se deu através do setor cafeeiro.

No entanto,

“A modernização brasileira foi lenta e contínua, uma reforma social, e não uma revolução, como se observou no Japão a partir de 1868. A vontade do Estado brasileiro de 1844 não se manteve, e a sociedade não manifestou o dinamismo necessário, porque carecia de capital, de técnicos, de espírito empresarial e de vontade de inovar. Dependeu do país do estrangeiro em quase tudo, tendo a economia sido beneficiada pelos excedentes do comércio e pelo crédito.” (CERVO;BUENO, 2012, p. 84)

Em suma, os autores (2012), afirmam que as explicações como a das pressões (internas e externas) eram apenas reproduções ditas e repetidas e que o fracasso do projeto se deu majoritariamente pelo abandono das metas do projeto pelos homens de Estados, que obtinham condições de atrelar o interno com o externo, soberanamente, porém não o quiseram.

Assim como Cervo e Bueno (2012), Vidigal (2014) aponta que durante o período assinalado o Brasil buscou a definição dos seus interesses externos. Durante o Segundo

Reinado houve tensões entre o Brasil e a Inglaterra e com os Estados Unidos, principalmente em questões referentes à soberania nacional, como, por exemplo, a questão da extinção do tráfico negreiro e da presença de esquadras britânicas em águas brasileiras e com os EUA, questão do representante estadunidense (Henry Wise) se tornar *persona non grata* pelas autoridades brasileiras no Rio de Janeiro e a pressão do país para que o Brasil autorizasse a abertura da navegação no Rio Amazonas.

De acordo com Vidigal (2014), em 1848, com o partido conservador se mantendo no poder até 1862, o ministro dos Negócios Estrangeiros foi Paulino José Soares de Souza, o qual acreditava na consolidação da autonomia brasileira frente às potências, aderindo a uma política externa mais pragmática, de delimitação dos interesses nacionais e fortalecimento da soberania do país.

É possível destacar também que a política externa brasileira, principalmente no Segundo Reinado, foi uma política externa de autonomia, voltada para o crescimento e estabelecimento do Brasil enquanto uma potência regional. Essas políticas se destacaram tanto no rompimento do Brasil em relação ao Império Britânico, quanto em suas intervenções na região platina. A primeira especialmente ligada à Questão Christie<sup>7</sup> e sua diplomacia mais ríspida, ou diplomacia do porrete (CERVO; BUENO, 2012) que tentava utilizar qualquer incidente como motivo de pressionar o Brasil e a segunda ligada ao restabelecimento do *status quo* na região platina. Separadas aqui, mas não necessariamente divergentes.

Segundo Silva (2009), a nova conjuntura internacional durante o final do século XIX, com a nova divisão internacional do trabalho e a Grande Depressão de meados de 1870, gerou a necessidade dos países industrializados de se abrirem para a Europa. O Império, no período da Guerra do Paraguai (1864-1870), avançou em direção ao capitalismo e à Grã-Bretanha, então o autor aponta que algumas dessas intervenções seriam conscientes por parte dos países europeus - em especial, o Império Inglês - no Brasil. O autor demonstra ainda que a política externa do Brasil durante o século XIX teve duas faces, sendo uma a "face subordinada", que apresenta a ascensão do Império Britânico sobre o Império Brasileiro, sem abdicar, nesse caso, da sua soberania e a "face subordinante", devido a suas várias intervenções na bacia do Prata o que impulsionou diversas respostas do Império da Rainha Victoria, por vezes a favor e outras vezes em conflito de interesse (SILVA, 2009).

---

<sup>7</sup> Segundo Vidigal (2014), a questão Christie diz respeito a uma série de incidentes causados por William Dougal Christie, representante diplomático britânico no Brasil, ordenou que navios de guerra da Grã Bretanha bloqueassem a baía de Guanabara, com as alegações de que a carga do navio Prince of Wales tinha sido furtada.

A partir desse panorama geral de análises sobre a política externa do Brasil durante o Segundo Reinado, é importante comentar que foi necessário fazer um recorte das relações bilaterais entre o Brasil e a (futura) Alemanha. Assim, segundo Myrian Ellis (2004), essas relações bilaterais se diferenciavam das estabelecidas com a Inglaterra e a França. É possível notar que nas relações logo no início do governo de Dom Pedro II existiram tensões especialmente ligadas ao “aliciamento” de colonos alemães para o Brasil e por todo o movimento em direção à sua unificação, afastando o país em construção do sistema internacional. Em relação à economia, pouco capital germânico foi investido no Brasil, muito porque os capitalistas germânicos não se voltavam ao capitalismo-financeiro internacional.

Sendo assim, Ellis (2004) aponta que o aspecto fundamental da relação bilateral entre os dois países seria o aspecto comercial. Como mostrado anteriormente, durante o reinado de Dom Pedro II o Brasil passou por tensões com a Inglaterra, nesse sentido pode-se perceber que a política externa pragmática fez com que o Brasil buscasse novos parceiros comerciais para escapar da predominância britânica, assim como a Alemanha a partir de 1870 empenhava-se em concorrer com a Inglaterra comercialmente. Logo, o Brasil também tornou-se cenário das disputas econômicas das grandes potências.

É nesse contexto que se apresenta o importante personagem nessas relações diplomático-comerciais, o Visconde de Abrantes ou Miguel Calmon. O Visconde foi enviado à Europa para aprofundar negociações com a Associação das Alfândegas alemãs, em 1844, especialmente para incentivar a compra de produtos brasileiros na Europa. A missão do visconde foi a mais importante iniciativa do Governo do Imperador para incentivar as relações comerciais entre os países. Segundo Ellis (2004), o visconde aponta que foi deixado sem instruções e ainda as grandes potências como Inglaterra, Holanda e França dificultavam o processo fazendo insinuações sobre a situação do país e da qualidade dos produtos brasileiros.

A autora aponta que essa reação da Inglaterra era esperada já que dez anos antes do envio do Visconde criava-se a *Zollverein*<sup>8</sup>, iniciativa a qual a Inglaterra se opunha. O Visconde de Abrantes ficou na Alemanha até 1846, a missão não deu certo, pois nenhum acordo ou tratado foi firmado durante o período de sua estadia. Não firmar um acordo ou

---

<sup>8</sup>Entre 1818 a 1834, os Estados alemães sob direção da Prússia e inspirados pelo economista Friedrich List criaram uma união aduaneira, constituindo o célebre *Zollverein*. Tinha como objetivo eliminar os 38 regimes aduaneiros que separavam os Estados alemães e dificultava as trocas comerciais. Ao unificar as condições de produção e comercialização inteiras, a *Zollverein* manteve, externamente, os entraves existentes. Nota-se que a experiência alemã expressa a duplicidade que marca os processos de integração econômica: liberação interna e protecionismo externo. (SEITENFUS, 2004, p. 194) Além disso, a *Zollverein* foi importante mecanismo que transformou a Alemanha em uma potência industrial da Europa, assim, para Seitenfuss (2004), ela encontrava a razão de si no plano político.

tratado deveu-se a entraves de outras potências, assim como desconfiança em relação à qualidade do produto brasileiro, já que a Alemanha importava produtos semelhantes de outras colônias.

Assim, segundo Ellis (2004), após a independência e o reconhecimento desses países por parte do sistema internacional, as cidades hanseáticas começaram a ter mais interesse pelo comércio com a América Latina, em geral com o Brasil, e isso se manifestou nas missões de Dr. Carl Sieveking de Bremer e Adolph Schramm de Hamburgo. Até mesmo antes do reconhecimento da Independência já se calculava a quantidade de produção açucareira brasileira para o porto de Hamburgo, mostrando assim um interesse maior da cidade.

É importante comentar que durante a pesquisa nota-se um vácuo de informações sobre a relação do Brasil com as cidades autônomas ou Prússia, atual região da Alemanha. Até porque os acordos e tratados feitos com as cidades hanseáticas livres são importantes para a análise do trabalho já que a empresa e os personagens que influenciaram a internacionalização de Maruim são de Hamburgo, cidade que faz parte das cidades autônomas.

Os alemães, diferentemente dos ingleses, que mantinham predominância quantitativa, interessavam-se pelos produtos nacionais, colocando à disposição produtos industriais e pagando o resto em dinheiro, deixando um fluxo líquido no país. Graças a essas circunstâncias criadas em 1822 a Câmara do Comércio de Hamburgo tinha condições de acentuar a importância da sua cidade para as exportações brasileiras.

Assim, segundo Ellis (2004, p. 258):

Os germânicos, de seu lado, abrangendo-se nessa esfera de interesses também o Império austro-hungáreo, formulavam planos a cerca do intercâmbio com o Brasil mais importante para a Alemanha do que as Índias Orientais para a Grã-Bretanha, isto justamente quando o Príncipe Adalberto da Prússia visitava nosso país e o Zollverein inclinava-se às negociações que levaram à Europa o Visconde de Abrantes.

Com a preocupação política da região em relação à unificação e com constante oposição da Inglaterra, ficou a cargo de Hamburgo o papel decisivo do contato com o Brasil. A partir de 1871, Hamburgo era predominante no Atlântico Sul, foram fundadas onze firmas, tendo destaque para J. Schuback & Soehne e a família Amsinck. Em 1857, em Bremen, uma das onze firmas teve destaque, a companhia de navegação *Norddeutscher Lloyd*, criada pelo Cônsul H. H. Meyer, que em 1876, estendeu suas linhas para o Brasil. Segundo a autora, é por essa época com a concorrência teuto-britânica que começam as tensões que culminaram na Primeira Guerra Mundial (ELLIS, 2004).

A partir desse ponto se faz necessária uma exposição acerca das relações do Brasil com as cidades hanseáticas<sup>9</sup>, especialmente Hamburgo de forma um pouco mais aprofundada. Sylvia Lenz (2004) apresenta uma perspectiva consular dessas relações comerciais do Brasil com as cidades hanseáticas. Assim, a autora aponta que as cidades hanseáticas tinham liberdade comercial a partir de 1815 para exportação e importação de produtos, com uma política comercial própria para a Alemanha.

As cidades hanseáticas tinham uma prática anterior com o comércio além-mar com as Américas, sendo ele bem mais forte com os portos caribenhos. No entanto, os primeiros Estados alemães a fazer comércio com as colônias portuguesas foram essas cidades livres. Os hamburgueses, por exemplo, já reexportavam mercadorias coloniais para o coração da Europa.

O produto mais exportado era o linho e importavam do Brasil açúcar, tabaco e algodão, no entanto tinham obstáculos políticos que impediam uma ampliação dessas relações bilaterais devido a práticas remanescentes do mercantilismo. A autora aponta que a partir da abertura dos portos com a chegada da família real ao Brasil foi um elemento fundamental para os alemães entrarem no país, especialmente ligada à fomentação do trabalho doméstico e de artesãos com fornecimento de produtos básicos para o trabalho dentro e fora de casa. A autora foca nas três cidades mais importantes, Bremen, Lübeck e Hamburgo, esta última com maior importância para esta pesquisa.

Hamburgo, mesmo antes de entrar para a Liga Hanseática durante o século XIV, era uma cidade que vivia em função do porto presente no Rio Elba que lançava-se no Mar do Norte. Essa cidade mantinha relações amistosas com os imperadores alemães desde 1189, vivendo sob proteção dos mesmos. Mesmo durante a Guerra dos Trinta Anos<sup>10</sup> (1618-1648) continuou normalmente com seu comércio marítimo e terrestre, pois depois do século XVI quando as cidades hanseáticas perdiam mercado para o mercantilismo, asseguraram o comércio com os Estados europeus, firmando acordo com esses Estados.

Além disso, a partir do ato de navegação de 1651, decretado por Cromwell que tinha por objetivo defender as mercadorias provenientes das colônias inglesas só fossem transportadas por navios ingleses, cláusula essa imposta também na Espanha e Portugal às suas colônias no Novo Mundo. No entanto, a Liga Hanseática conseguiu obter privilégios

---

<sup>9</sup> Cidades independentes que tinham seus portos livres para o comércio exterior. Essas cidades eram, principalmente, incentivadas pelos imperadores da Prússia (que também mantinham relações comerciais), no entanto não estavam inseridas geograficamente em seu território.

<sup>10</sup> De acordo com Jackson e Sorensen (2007), a Guerra dos Trinta anos foi um conflito no qual teve seu início com uma revolta da aristocracia protestante contra a autoridade espanhola na Boêmia. Com a intensificação do conflito, outros temas vieram à tona como tolerância religiosa, caráter dinástico e estatal.

frente à corte do rei Charles II da Inglaterra (1669), o que indicava sua boa relação com ambos.

Com o bloqueio continental imposto por Napoleão, vários países na Europa sofreram as consequências, mas nesse caso, para Hamburgo, foram positivas, pois a cidade teve mais autonomia política e econômica. A cidade teve ampliação dos privilégios frente à Prússia, pois os portos prussianos não tinham infraestrutura e nem frota mercantil para expansão no mercado mundial, nesse sentido a cidade ficou à frente dessas questões especialmente em relação às relações bilaterais com o Brasil. Durante esse mesmo período (1840) o imperador prussiano começou a investir na indústria têxtil interna em conjunto com os agentes hanseáticos por meio dos portos de Hamburgo para expansão das exportações do país.

É importante destacar aqui a influência de Hamburgo e das intenções expansionistas da Prússia em utilizar os portos hamburgueses em direção ao Brasil e à costa africana no Atlântico Sul. Todas essas intenções foram direcionadas também à concorrência pelo mercado internacional pelas potências germânicas e britânicas e a importância da América do Sul, em especial do Brasil nessas intenções expansionistas.

No artigo de Lenz (2004), a autora menciona a questão imigratória como ponto crucial nas relações bilaterais, uma vez que grande parte dos imigrantes alemães no Brasil viriam da região das cidades hanseáticas.

O imigrante alemão é um personagem fictício: debaixo desse rótulo havia grande variedade de origens, identidades e culturas”. [...] “Nem todo ‘alemão’ era alemão. Longe de comporem um mesmo povo, esses imigrantes vinham das mais distintas regiões da Europa central, como Hunsrück, Pomerânia? Westfália e Württemberg. Em cada região, viviam segundo uma cultura própria e falavam um dialeto específico. Muitos não sabiam nem mesmo falar alemão formal (hochdeutsch) e não possuíam cidadania alemã - o que, aliás, só viria acontecer em 1871, ano fundação do Império Alemão. Antes disso, esses indivíduos eram cidadãos de Estados como Prússia e Baviera. Para além de toda essa diversidade germânica, até mesmo suíços e austríacos acabam incluídos na categoria de “imigrante alemão” pelo simples fato de falarem a língua. Para compreender os caminhos da colonização alemã no Brasil, é preciso reconhecer essa diversidade. (Silva, 2020, p. 571 *apud* Revista de História da Biblioteca Nacional. 2014. p. 20-21)

Essas firmas citadas anteriormente por Ellis (2004) se postaram no Brasil e também na costa ocidental da África, sendo o porto de Hamburgo uma das bases para a penetração alemã na África, em 1832. Para Ellis (2004), o caso mais interessante de firma alemã fixada no Brasil foi o caso de Adolph Schramm, estabelecido em Recife desde 1831. Após um período apenas com o interesse voltado para o comércio de açúcar, a firma Schramm & Co. passou a interessar-se pela produção do produto, assim adquiriu grandes posses na Província de Sergipe, na cidade de Maruim, às margens do Cotinguiba.

Mesmo diante de entraves da conjuntura internacional, como a concorrência do açúcar de beterraba e a queda do valor do mil-réis, a crise por conta dos fatores anteriores foi superado de maneira relativamente tranquila. Assim, reafirmando descobertas feitas anteriormente neste trabalho, Ellis (2004, 262-263):

Não apenas firmas procedentes da Alemanha, mas também firmas fundadas por alemães radicados no Brasil, voltavam-se para o intercâmbio com a Europa Central, incluindo-se aí o Império asutro-húngaro; esta atividade criou novo alento, uma vez completada a unificação alemã em 1871.

Sendo assim, percebe-se que essa presença hamburguesa/alemã no Brasil tornou-se forte mesmo sem um acordo/tratado saído da missão de Abrantes. Nesse sentido, é necessário passar pela presença de comerciantes alemães no Brasil para podermos chegar em Maruim. Ao contrário da perspectiva nacional, o progresso de Maruim foi fruto dos alemães que aqui se estabeleceram. A cidade de Maruim ganhou desenvolvimento econômico e sociocultural, dentre esses imigrantes estaria Adolph Schramm e sua firma, A. Schramm & Co., que era banqueiro, exportador de açúcar e importador de máquinas. O impulso sociocultural veio com a fundação do Gabinete de Leitura de Maruim (1877) fundado por Otto Schramm, sobrinho de Adolph. A família Schramm não se fez somente com a exportação e produção do açúcar em terras maruinenses, mas também pelo algodão, que era enviado para Salvador e depois ganhava outros mares, sendo uma das riquezas da família.

Essa situação privilegiada dos alemães economicamente em Sergipe, estendeu-se a questões políticas (ELLIS, 2004; SILVA, 2020), uma vez que Otto Schramm ocupou o cargo de Cônsul da Alemanha ante a sociedade sergipana. Lenz (2004, p.72) apresenta:

Mas este tratado interessava, em termos políticos e diplomáticos, ao economicamente fraco, mas ascendente Estado prussiano. Tanto que após a consolidação efetiva da União Aduaneira, em 1847, vários consulado de seus Estados foram instalados nas cidades portuárias brasileiras, antes pela representatividade política do que efetivamente comercial.

Com o fim do Império e início da República, durante a década de 1890, o açúcar, e por consequência a produção sergipana, entravam em declínio em relação ao comércio exterior, voltando-se completamente para o comércio interno, especialmente para o Rio de Janeiro e posteriormente em Sergipe com o desaparecimento da Casa Schramm. Além disso, Silva (2020) aponta que a Companhia Schramm teria entrado em falência também por conta da abolição da escravatura, direta ou indiretamente, pois utilizam mão de obra livre, no entanto tinha se aproveitado da existência da mão de obra escrava no Brasil por muito tempo.

Em suma, o que percebe-se é que há vários fatores que elencam o progresso de Maruim derivado da presença alemã e nem todos necessariamente do governo nacional. O

mais importante seria a diretriz fundamental do Segundo Reinado para a política externa brasileira: o interesse nacional. A partir dessa diretriz, criou-se o projeto de 1844 e as ambiguidades em relação à Grã-Bretanha e uma oportunidade de obter relações comerciais com as cidades hanseáticas. Assim como, a problemática na questão da imigração que gerou tensões por parte dessas cidades livres em assinar e ratificar tratados com o Brasil. No entanto, Maruim destacou-se especialmente para a família Schramm e para a sua empresa A. Schramm & Co. Já que aqui criou-se um laço não só econômico, mas também sócio político, o qual foi apontado por Otto Schramm na criação do Gabinete de Leitura e por presentes dados à pequena cidade.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, a partir do trabalho pode-se ter como conclusão que Sergipe e Maruim apresentavam grande potencial no panorama socioeconômico brasileiro e para sua política externa, que foi perdido devido ao longo do tempo devido a alguns fatores: localização geográfica, a imigração, qualidade do produto brasileiro, crises internacionais e internas que desfavoreceram o produto nordestino/maruinense, extinção do tráfico de pessoas negras escravizadas (mesmo que indiretamente), tensões entre a diretriz fundamental da política externa do país - interesse nacional - com intenções imperialistas sobre o país.

O primeiro fator, a localização geográfica, é importante citar, pois além de ela ter papel crucial para o avanço das conexões entre Maruim e o exterior, foi também uma das razões pelas quais houve o declínio. O Vale do Cotinguiba, já naquela época, era um vale com problemáticas em questões naturais, pois a entrada e saída de embarcações era dificultada por conta da ampliação do assoreamento que até hoje impossibilita embarcações de grande porte adentrarem as margens do rio Sergipe e é um dos entraves do Estado de Sergipe para seu crescimento econômico. Assim como, a localização geográfica impacta também na questão do solo do tipo Massapê que era um tipo de terra fértil que apresentava características importantes para o cultivo da cana-de-açúcar.

O segundo fator, a imigração, abrange não só o primeiro capítulo como foi visto no decorrer do trabalho e sim os três capítulos apresentados. Assim, no primeiro capítulo, o que se percebe é que as famílias as quais teriam vindo para Sergipe, não conseguiram se adaptar bem a Sergipe, especialmente em relação ao clima diferente do clima da região onde futuramente seria a Alemanha, mas também por serem de origem urbana e também viverem em condições insalubres onde a colônia foi instalada. Ainda se tinha diferenças de ordem institucional, já que a organização social e econômica, o regime político vigente e as restrições religiosas não faziam do Brasil um local atraente.

Para o segundo capítulo, a questão da imigração aparece como fator importante da construção do Brasil, não somente pela vontade racista e positivista de que o país precisaria embranquecer para que a modernização e o desenvolvimento fossem alcançados. Mas também porque com a extinção do tráfico começaria a ter um vácuo de mão de obra que precisaria ser repostada para a economia do país continuar sua produção e a solução para tal problema veio da imigração europeia para estados como São Paulo e Rio de Janeiro por conta da expansão do mercado do café.

A imigração na política externa teve também papel importante em uma das tensões entre Grã-Bretanha e o país sul-americano por causa da questão da extinção da escravidão negra. Assim como, teve seu fator crucial para a decisão do Zollverein em assinar e ratificar acordos com o Brasil, pois se acreditava que o Brasil aliciava a população alemã para vir ao país. Uma das preocupações do Zollverein também foi a qualidade do produto brasileiro, demonstrando um desinteresse, pois os produtos propostos eram fornecidos por colônias inglesas e francesas de melhor qualidade. Mas o que se percebe é que essa seria uma justificativa inviável já que Maruim exportava açúcar mascavo de qualidade menor que ao açúcar branco para um público-alvo diferente.

O quarto fator nos leva às crises internacionais e internas do açúcar, sendo elas: a baixa do valor do açúcar pela concorrência do açúcar derivado da beterraba e do produzido nas Antilhas e as disputas internas com Pernambuco e Rio de Janeiro.

A temática volta ao cenário com o quinto fator, extinção do tráfico de pessoas negras escravizadas, aqui aparece mais diretamente ligada a família Schramm, que mesmo tendo trazido mão de obra alemã para trabalhar em áreas de artesanato a áreas especializadas, era impulsionada pelo trabalho escravo em outras fazendas na região - já que a empresa não exportava somente seu contingente de açúcar produzido. Esse fator gerou o fechamento não só da A. Schramm & Co., mas também de outras grandes empresas na região do Vale do Cotinguiba.

E o último fator, o interesse nacional frente às imposições imperialistas da Grã-Bretanha. As tentativas de colocar o Brasil contra a parede foram inúmeras sendo elas: questão Christie, extinção da escravidão, Aberdeen<sup>11</sup> e a própria concorrência comercial entre Grã-Bretanha e a Alemanha. As três primeiras questões ligadas à soberania e interesse nacional do Brasil ligada ao tráfico de pessoas negras e a última ligada a disputas internacionais por mercados. Essa disputa gerou a oportunidade do Brasil ampliar seu leque de parceiros comerciais e por isso, foi enviada a missão especial do visconde de Abrantes (que não teve muito sucesso), mas essas relações expansionistas da Alemanha para as Américas e a continuação e sucesso do Zollverein culminaram na Primeira Guerra Mundial.

Nesse sentido, é possível perceber que as relações entre o objeto e as áreas escolhidas estão intrinsecamente ligadas e que Maruim fazia parte da política econômica

---

<sup>11</sup> Segundo Cervo e Bueno (2012), foi um lorde que a época era secretário do Estado para Assuntos Estrangeiros que a princípio apontava para ser mais moderado, no entanto recusou e rejeitou as tentativas do Brasil de retomar as relações bilaterais com a Grã-Bretanha (nações amigas), apontando unilateralidade vinda do país sul americano, além de ter elaborado a lei ou *bill* Aberdeen a qual concedia direitos à Marinha Inglesa a apreender navios que estivesse praticando o tráfico de escravos negros no Atlântico Sul.

mundial como foi apontado por Almeida (1984) sendo Sergipe uma província que tinha sua atenção disputada entre Grã-Bretanha e Alemanha. O que se pode perceber é que o decréscimo da economia de Maruim se deu pelo fim do tráfico de pessoas negras escravizadas e também, porque no início do século XX ocorreu a construção de uma linha férrea Aracaju-Propriá, que geraram fretes mais baratos e por ser mais rápido e seguro se tornou preferência dos exportadores e importadores. Essa linha férrea não passava por Maruim, indo direto para Aracaju. Outro adendo é necessário ser feito é que a modernização do sistema rodoviário pelo Governo Getúlio Vargas contribuiu também para o declínio da cidade, pois facilitou o acesso à capital e muitas casas comerciais foram transferidas para Aracaju.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

AGUIAR, Joel. **Traços da História de Maruim**. Aracaju/Se: Editora J. Andrade Ltda; Secretaria de Estado da Cultura, 2ª Edição, 2004.

ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. **Sergipe: fundamentos de uma economia dependente**. Petrópolis, Vozes, 1984.

ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. **Nordeste açucareiro: desafios num processo do vir-a-ser capitalista**. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe; Secretaria de Estado do Planejamento; Banco do Estado de Sergipe, 1993.

ARAÚJO, Denílson da Silva. **Notas sobre a formação do complexo nordestino e as transformações da economia regional: revisitando Furtado e o desenvolvimento regional**. Leituras de Economia Política. Campinas. 2008.

AZEVEDO, Denio Santos. **Navegando pelo Cotinguiba: representações de Maruim no século XIX a partir dos relatos de viajantes**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011. Disponível em: <[1308192558\\_ARQUIVO\\_ST69-DenioSantosAzevedo.pdf](https://www.anpuh.org/2011/1308192558_ARQUIVO_ST69-DenioSantosAzevedo.pdf) (anpuh.org)>. Acesso: Janeiro de 2022.

AZEVEDO, Denio Santos. **Crise do império e o discurso liberal-republicano: a construção do capital social no Gabinete de Leitura de Maruim (1877-1889)**. [200-?]. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/estadoepoder/6snepc/GT3/GT3-DENIO.pdf>>. Acessado em: 2 abr. 2013.

BAER, Werner. **A economia Brasileira**. 2ª edição. Editora Nobel. 1996. Parte I, Capítulo 2.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Dinheiro no Brasil**. 2ª ed. Dezembro de 2004. Disponível em: <[https://www.bcb.gov.br/content/acessoinformacao/museudocs/pub/Cartilha\\_Dinheiro\\_no\\_Brasil.pdf](https://www.bcb.gov.br/content/acessoinformacao/museudocs/pub/Cartilha_Dinheiro_no_Brasil.pdf)>. Acesso: 17 de Março de 2023.

CARDOSO, Amâncio. **Sergipe: um roteiro turístico, histórico e cultural**. Aracaju: ArtNer Comunicação, 2021. Parte II, Capítulo Maruim: patrimônio do Cotinguiba.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. 4ª Edição. Editora UNB. 2012. Parte I, Capítulo: Economia, população e política externa.

ELLIS, Myrian, et al. **O Brasil monárquico**, v.6: declínio e queda do império. 6ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

ENNES, Marcelo Alario. **A Imigração estrangeira em Sergipe (1875-1930)**. História (São Paulo) v.30, n.2, p. 312-334, ago/dez 2011 ISSN 1980-4369. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/his/a/s8NsSkvd4GhRHQx5Mk3LDTn/?format=pdf&lang=pt#:~:text=O%20desenvolvimento%20da%20pesquisa%20permitiu,modernizar%20a%20economia%20do%20Estado.>>. Acesso: Junho de 2022.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica Brasileira**. 32ª Edição. Companhia Editora Nacional. 2005. Segunda Parte, Capítulo XI: Formação do Complexo Econômico Nordeste.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995. Capítulo 2 e Capítulo 5.

FELDMAN, Luiz. **Soberania e Modernização no Brasil: Pensamento de Política Externa no Segundo Reinado e na Primeira República**. CONTEXTO INTERNACIONAL Rio de Janeiro, vol.31, nº 3, setembro/dezembro 2009, p. 535-592.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002

JACKSON, Robert H. **Introdução às relações internacionais: teorias e abordagens**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

JÚNIOR, Caio Prado. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense. 43ª Edição, 2012.

LENZ, Sylvia. **As relações consulares da Prússia e das cidades hanseáticas com o Brasil negociadas no Rio de Janeiro, em 1827**. Revista Maracanan, UERJ. 2004.

**MEMÓRIA** **IBGE**. Disponível em: <  
<https://memoria.ibge.gov.br/historia-do-ibge/historico-dos-censos/panorama-introdutorio.html#:~:text=Censos%20demogr%C3%A1ficos%20no%20Brasil&text=O%20primeiro%20censo%20no%20Brasil,contar%20o%20n%C3%BAmero%20de%20habitantes.>>. Acesso: 10 de Maio de 2023.

NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Provincial II (1849/1889)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Aracaju, SE: Banco do Estado de Sergipe, 2006.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. **Política Externa do Brasileira**. Editora Saraiva. 2017. Capítulo 1.

ROSA, Gilvan dos Santos. **Maruim, coisa que ouvi dizer...**. Gráfica Editora J. Andrade. 1998.

SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. **Relações Internacionais**. Barueri, SP: Manole, 2004.

SILVA, José Luiz Werneck da. **Relações Exteriores do Brasil I (1808 - 1930): a política externa do sistema agroexportador**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

SILVA, Maria Lúcia Marques Cruz e. **Inventário Cultural de Maruim. Edição Comemorativa** aos 200 anos da Independência de Sergipe. 166º aniversário da Emancipação Política de Maruim. 2ª ed. Maruim: Colorgraf Serviços Gráficos, 2020.

SOUSA, Elizeu Santiago Tavares de. **O Longo Século XIX: Pensamento Político E Política Externa no Brasil Imperial**. 10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política Belo Horizonte, 30 de agosto a 2 de setembro de 2016. Pensamento Político Brasileiro.

SUBRINHO, Josué Modesto dos Passos. **História econômica de Sergipe (1850-1930)**. Aracaju, UFS, Programa Editorial da UFS, 1987. Parte I, Capítulo 3.

VIDIGAL, Carlos Eduardo. **História das relações internacionais do Brasil**/Carlos Eduardo Vidigal, Francisco Fernando Monteoliva Doratioto; coordenado por Antônio Carlos Lessa, Henrique Altemani. São Paulo: Saraiva, 2014. Capítulo 2.